



**UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA  
FACULDADE DE ECONOMIA  
CURSO DE GRADUAÇÃO EM ECONOMIA**

**SABRINNA EMMANUELLE SILVA DE OLIVEIRA**

**ACERCA DAS RELAÇÕES ENTRE O DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL,  
DESTACADAMENTE OS TERRITÓRIOS DE IDENTIDADE, E A ECONOMIA  
SOLIDÁRIA**

**SALVADOR**

**2016**

**SABRINNA EMMANUELLE SILVA DE OLIVEIRA**

**ACERCA DAS RELAÇÕES ENTRE O DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL,  
DESTACADAMENTE OS TERRITÓRIOS DE IDENTIDADE, E A ECONOMIA  
SOLIDÁRIA**

Trabalho de conclusão de curso apresentado ao Curso de Economia da Universidade Federal de Bahia como requisito parcial à obtenção do grau de Bacharel em Ciências Econômicas.

Área de concentração: Desenvolvimento Econômico.

Orientador: Prof. Dr. Antônio Renildo Santana Souza.

**SALVADOR**

**2016**

Ficha catalográfica elaborada por Vânia Cristina Magalhães CRB 5- 960

Oliveira, Sabrinna Emmanuelle Silva de

O48 Acerca das relações entre o desenvolvimento territorial,  
destacadamente os territórios de identidade, e a economia solidária./  
Sabrinna Emmanuelle Silva de Oliveira. – Salvador, 2016.  
52f. Il.; quad.; fig.

Trabalho de conclusão de curso (Graduação) – Faculdade de  
Economia, Universidade Federal da Bahia, 2016.

Orientador: Prof. Dr. Antônio Renildo Santana Souza.

1. Economia solidária. 2. Desenvolvimento territorial I. Souza,  
Antônio Renildo Santana. II. Título. III. Universidade Federal da Bahia.

CDD – 338.98142

**SABRINNA EMMANUELLE SILVA DE OLIVEIRA**

**ACERCA DAS RELAÇÕES ENTRE O DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL,  
DESTACADAMENTE OS TERRITÓRIOS DE IDENTIDADE, E A ECONOMIA  
SOLIDÁRIA**

Trabalho de conclusão de curso apresentado ao Curso de Economia da Universidade Federal de Bahia como requisito parcial à obtenção do grau de Bacharel em Ciências Econômicas.

Aprovada em      de      de 2016.

Banca Examinadora:

---

**Prof. Dr. Antônio Renildo Santana Souza**

Universidade Federal da Bahia – UFBA

---

**Prof. Dr. Daniel Lemos Jeziorny**

Universidade Federal da Bahia - UFBA

---

**Prof. Dra. Gilca Garcia de Oliveira**

Universidade Federal da Bahia – UFBA

“Tudo é do Pai. Toda honra e toda glória. É  
Dele a vitória alcançada em minha vida”.

## AGRADECIMENTOS

Sinceramente, não sei dizer os motivos que me levaram a escolher a Economia como profissão. Só sei que me orgulho de tal decisão. Valeu a pena e sei que valerá ainda mais! Na Faculdade passei por anos intensos e de constante *tradeoff*. Hoje percebo que o tempo foi um insumo necessário para que agora eu fechasse esse ciclo. A gratidão pelo tempo vivido, o reconhecimento pelos esforços empreendidos, o orgulho pelo que foi conquistado, e a esperança no futuro, são conseqüências dessa jornada. Diariamente, tive que medir os custos de cada oportunidade e fazer as melhores escolhas. E, para que isso acontecesse, além do tempo, contei com outras variáveis explicativas (independentes, mas, no meu caso, indispensáveis) que me impulsionaram a colher os melhores resultados (variável dependente).

Em primeiro lugar, quero agradecer a DEUS por ter me dado forças e sabedoria para chegar até aqui e por me permitir fazer os agradecimentos que virão. Agradeço, eternamente, aos meus pais, Plínio e Siele, por existirem na minha vida, por estarem sempre presentes, por serem exemplos, pelos sonhos e por acreditarem no meu sucesso, muitas vezes mais que eu mesma, pelo incentivo e por me conduzirem a essa vitória. Dedico essa conquista a vocês! Agradeço a minha irmã, Karen, que me incentivou a ter foco e força. Agradeço ao meu namorado, Thiago, por me ajudar, me apoiar, por todo amor e paciência em me ouvir, entender e esperar. A minha colega e amiga, Malena, agradeço por todos esses anos juntas, por tudo que vivemos. Agradeço a minha família amada, Oliveiras e Silvas. Aos meus amigos da escola, do cursinho, da faculdade, dos estágios, da vida, que, por algum momento, estiveram ao meu lado, me dando forças e incentivos. Em especial a Bih, Bino, Cinho, Danylo, Jacó, João, Jr, Mel, Rafa, Tai e Teti. Meus agradecimentos a todos os meus professores, pelo conhecimento passado, que me servirá por toda a vida. Principalmente, agradeço ao Prof. Arismar e ao Prof. Renildo. O primeiro, pela oportunidade de crescer pessoalmente e profissionalmente. O segundo, por ter aceitado me orientar nessa reta final, pela paciência, pelo suporte e incentivo. Enfim, meu agradecimento a todos que, direta ou indiretamente, nos momentos serenos e/ou apreensivos, fizeram, ou ainda fazem, parte desse ciclo. Sem vocês, isso não seria possível, pois sei que “aquele que vai acompanhado, com certeza vai mais longe”. Mais uma vez, de coração, obrigada a todos. Obrigada a Deus!

“Por isso é que se torna fundamental, neste momento, o resgate, permanentemente renovado, das ideias da participação, do entrosamento, do trabalho conjunto, onde a fraternidade e a vida para todos sejam essenciais. É importante reafirmar as vantagens das relações humanas, os benefícios da interajuda, a fé numa sociedade em que todos sejam pessoas, com os mesmo direitos e as mesmas possibilidades”.

- Daniel Rech

## RESUMO

Este trabalho monográfico se propõe analisar as concepções de Desenvolvimento Territorial (DT), destacadamente os Territórios de Identidade (TI), ao lado do estudo sobre a Economia Solidária (ES). Algumas iniciativas públicas no Estado da Bahia, a partir de 2007, neste sentido, serão, em certa medida, meras ilustrações para as abordagens teóricas. Trata-se de um estudo exploratório e inicial. A temática aqui estudada ainda é pouco desenvolvida na literatura disponível. Há pouco debate na apropriação dessas propostas – territórios de identidade e economia solidária – em conjunto, em interação. Além disso, essa abordagem tenta romper com visões economicistas e setoriais, imperantes nos estudos do sistema produtivo. A metodologia apoia-se em abordagem ampla de economia política, visão aberta de desenvolvimento. A investigação sustentou-se em pesquisa documental e bibliográfica, realizada através de consultas aos documentos eletrônicos referenciais da atual elaboração teórica e política sobre territórios, recorrendo-se a relatórios de gestão, contratos e publicações científicas. Os principais resultados desse trabalho mostram que as propostas de Desenvolvimento Territorial e de Economia solidária são complementares e capazes de, se abordadas em conjunto, em interação, minimizar problemas dos espaços rurais, evitando as dissociações do urbano, causadas por políticas que privilegiaram uns espaços em detrimento de outros. Através do Desenvolvimento Territorial, com ações de Economia Solidária, é possível propor ações descentralizadas, destinadas a modificar e melhorar as condições de vida das pessoas em seu ambiente, o território, fortalecendo e estimulando a participação social, a cooperação e o estreitamento da relação entre Estado e Sociedade. Através da Economia Solidária, combinada com a lógica dos territórios de identidade, é possível promover transformações substanciais na vida das pessoas e das comunidades, pois o desenvolvimento estará ancorado em laços de confiança, ajuda mútua, habilidades e competência dos indivíduos e de suas organizações civis. A partir da Economia Solidária, a proposta dos Territórios de Identidade poderá ser mais efetiva como uma nova modalidade de planejamento que tenciona o desenvolvimento equilibrado e sustentável entre as regiões, com base no atendimento das necessidades sociais, sem ilusões sobre todos os condicionamentos perversos e excludentes do mercado e da competição do sistema capitalista.

Palavras-chave: Economia solidária. Desenvolvimento territorial. Territórios de identidade.



## ABSTRACT

This monographic study aims to analyze the Territorial Development (TD) conceptions, notably the Identity Territories (IT), next to the study of the Solidarity Economy (SE). Some public initiatives in the State of Bahia, from 2007, in this sense, will be, to some extent, mere illustrations to theoretical approaches. This is an exploratory and initial study. The theme here studied is still underdeveloped in the available literature. There is little debate on the appropriation of these proposals - identity territories and solidarity economy - together, in interaction. In addition, our approach attempts to break with economistic and sectoral visions, prevailing in the studies of the production system. The methodology relies on broad approach to political economy and open view of development. The research is held in documentary and bibliographic survey, conducted by consulting the electronic document references of the current theoretical elaboration and policy on territories, making use of management reports, contracts and scientific publications. The main results of this work show that proposals of Territorial Development and Solidarity economy are complementary and capable of, if considered together, interacting, minimize problems of rural areas, avoiding urban dissociations caused by policies that favored some spaces over the others. Through the Territorial Development with Solidarity Economy actions, you can propose decentralized actions designed to modify and improve the living conditions of people in their environment, the territory, strengthening and encouraging social participation, cooperation and the strengthening of the relationship between State and Society. Through Solidarity Economy, combined with the logic of identity territories, it is possible to promote substantial changes in the lives of people and communities, since the development will be anchored in trust bonds, mutual aid, skills and competence of individuals and their civil organizations. From the Solidarity Economy, the proposal of Identity Territories may be more effective as new mode of planning that it intends the balanced and sustainable development between regions, based on meeting the social needs without illusions about all the wicked conditions and exclusive of the market and the capitalist system competition.

Key-words: Solidarity economy. Territorial development. Identity territories.

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 – Dimensões do Desenvolvimento Territorial e o Enfeixamento .....	19
Figura 2 – Territórios de Identidade no Estado da Bahia .....	37
Figura 3 – Dimensões do Desenvolvimento Territorial e da Economia Solidária .....	43
Quadro 1 – Síntese das Principais Características .....	44

## **LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS**

CEES – Conselho Estadual de Economia Solidária

CNES – Conselho Nacional de Economia Solidária

DT – Desenvolvimento Territorial

ES – Economia Solidária

FBES – Fórum Brasileiro de Economia Solidária

FBaES – Fórum Baiano de Economia Solidária

MDA – Ministério do Desenvolvimento Agrário

MTE – Ministério do Trabalho e Renda

PEFES/BA – Política Estadual de Fomento à Economia Solidária no Estado da Bahia

PRONAT – Programa Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Territórios Rurais

SDT – Secretaria de Desenvolvimento Territorial

SEI – Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia

SENAES – Secretaria Nacional de Economia Solidária

SEPLAN – Secretaria de Planejamento do Estado da Bahia

SESOL – Superintendência de Economia Solidária

SETRE – Secretaria do Trabalho, Emprego, Renda e Esporte

TI – Territórios de Identidade

## SUMÁRIO

<b>1</b>	<b>INTRODUÇÃO</b>	<b>11</b>
<b>2</b>	<b>DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL, COM DESTAQUE PARA OS TERRITÓRIOS DE IDENTIDADE</b>	<b>16</b>
2.1	O DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL	16
2.2	TERRITÓRIOS DE IDENTIDADE: APORTE CONCEITUAL	19
2.2.1	<b>O Território</b>	20
2.2.2	<b>A Identidade Territorial</b>	23
2.2.3	<b>Os Territórios de Identidade</b>	24
2.3	POLÍTICA DE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL NO BRASIL	24
2.3.1	<b>Os Territórios Rurais de Identidade</b>	25
<b>3</b>	<b>ASPECTOS DA TEORIA E DA HISTÓRIA DA ECONOMIA SOLIDÁRIA</b>	<b>28</b>
3.1	CONCEITOS E PRINCÍPIOS	28
3.2	CONTEXTO HISTÓRICO E AÇÃO COMO POLÍTICA PÚBLICA NO BRASIL	31
<b>4</b>	<b>A BAHIA E OS TERRITÓRIOS DE IDENTIDADE</b>	<b>34</b>
4.1	O DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL ATRAVÉS DOS TERRITÓRIOS DE IDENTIDADE	35
<b>5</b>	<b>UM BREVE COMENTÁRIO: A BAHIA COMO ILUSTRAÇÃO DA ECONOMIA SOLIDÁRIA</b>	<b>38</b>
5.1	INSTITUCIONALIZAÇÃO DA ECONOMIA SOLIDÁRIA NA BAHIA	38
<b>6</b>	<b>ARTICULAÇÕES ENTRE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL E ECONOMIA SOLIDÁRIA</b>	<b>40</b>
<b>7</b>	<b>CONCLUSÕES</b>	<b>45</b>
	<b>REFERÊNCIAS</b>	<b>48</b>

## 1 INTRODUÇÃO

O Desenvolvimento Territorial (DT) pode ser definido, entre outras maneiras, por ações descentralizadas, destinadas a modificar e melhorar as condições de vida das pessoas em seu ambiente de vivência, o território, fortalecendo e estimulando a participação social, a cooperação e o estreitamento da relação entre Estado e Sociedade. Surgiu a partir do esgotamento do modelo de desenvolvimento que se utilizava de um viés apenas economicista e que acarretou disparidades entre países, estados, regiões e povos. Introduzindo, assim, uma nova visão do desenvolvimento, outro marco institucional, em que se volta para o rural e promove o rompimento da visão dicotômica entre rural e urbano, buscando o envolvimento de diferentes atores locais dentro do território e a valorização de suas identidades. Além disso, introduzindo uma perspectiva multidimensional, contrapondo-se a abordagens setoriais. Similarmente, o conceito de Economia Solidária (ES) traz em seu escopo uma proposta de transformação social, pois surge como uma alternativa de geração de renda frente à exclusão do mercado de trabalho, através de alternativas que surgem pelas relações de proximidade entre pessoas em determinado espaço, pautando-se na emancipação do sujeito e recriando novas formas de relações do homem com o seu ambiente de trabalho, valorizando as múltiplas dimensões da sociedade.

Tais concepções abrem um leque de possibilidades através de um caminho democrático e participativo, vindo de contraponto à lógica do modo de produção capitalista, imperante atualmente, que possui visões economicistas e abordagens setoriais, confundindo a explicação do desenvolvimento como apenas crescimento econômico e do sistema produtivo como exclusivamente de mercado.

De forma geral, no início do século XXI, o Estado brasileiro buscou estabelecer políticas territoriais que visassem à superação dos desequilíbrios regionais, causados pela concentração de investimentos em pontos específicos do território, devido à ausência de políticas nesse campo no fim do século passado. Além disso, foi também nesse período que se procurou promover inclusão social e produtiva para parcela da população marginalizada por tais políticas setoriais. Dessa forma, e recentemente, as concepções de “Desenvolvimento Territorial” e de “Economia Solidária” tornaram-se referências para considerar as formas de atuação do Estado e de atores locais na promoção de políticas de desenvolvimento e de combate à pobreza no Brasil. Especificamente, em 2003 o Brasil adota tais estratégias na

agenda governamental e em 2007 elas são inseridas nas ações do governo baiano. Embora, desde a década de 1980, as experiências e estudos voltados para os temas, já tenham começado a ganhar força.

No que diz respeito à abordagem territorial, “nas décadas finais do século XX, houve um estímulo à reorientação na maneira de formular políticas públicas, evitando um viés focado nos setores produtivos e adotando-se uma estratégia de desenvolvimento territorial” (SOUSA; MOREIRA, 2014, p.2) que, segundo Cruz (2015, p. 161), “foi elaborada pelo Estado sob um arranjo institucional histórico de organização da sociedade civil”. Ainda,

Sua concepção e execução foi parte de uma estratégia de desenvolvimento que enxergou na dinamização e organização das populações locais e na aceitação de suas identidades territoriais coletivas como elementos fundamentais para o desenvolvimento econômico e superação das desigualdades regionais há muito persistentes no Brasil. (CRUZ, 2015, p.162).

Marco dessa estratégia, em âmbito nacional, são os “Territórios Rurais de Identidade”, do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), que consolidaram a visão territorial como metodologia de planejamento e orientaram a estratégia baiana dos “Territórios de Identidade”, também como unidades de planejamento do governo, sendo esta

Uma importante experiência do Estado em ação, [...], experimentando estratégias de concertação política a partir do arranjo, novo, institucional criado pelo Estado, que possibilita a inserção de demandas dos diversos grupos sociais, e incorpora a dimensão da gestão participativa no escopo da sua política pública. (CRUZ, 2015, p.181).

Em relação à Economia Solidária, com surgimento no Brasil igualmente nos fins do século XX, em um contexto de transformações na economia mundial, que modificaram não só as formas de produção e de trabalho, mas também as condições de sobrevivência da maior parte da população, as relações entre Estado e Sociedade e as formas de sociabilidade, traz consigo valores e princípios próprios e propõe uma nova forma de inclusão socioprodutiva. Suas práticas ganharam destaque nos últimos anos, quando cresceu a participação e os estudos relacionados a importância dessa economia como construção de uma lógica alternativa de desenvolvimento e quando, em 2003, o Estado a reconhece como relevante na ação e na política pública. Marco das ações no Brasil é a criação da Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES), no âmbito do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) e, na Bahia, em

2007, com a criação Superintendência de Economia Solidária (SESOL), no âmbito da Secretaria do Trabalho, Emprego, Renda e Esporte (SETRE).

Todas essas concepções têm vínculos territoriais específicos, por isso a importância de compreendê-las. De acordo com Ortigoza e Mendes (2015, p.1) “a exclusão social da maior parte da população é materializada no território, mas, também, as lutas sociais e as alternativas de sobrevivência e de justiça social”. O território, como será apresentado, é um conceito abrangente, complexo e que ainda está em construção; contempla os aspectos multidimensionais, através das relações econômicas, sociais, políticas, culturais, e destas com o meio ambiente. Assim, é possível entender “porque atualmente o objeto do desenvolvimento deixa de ser um setor, um grupo de população ou uma dimensão específica para passar a ser um território com suas complexidades, articulações e riquezas” (PERAFÁN; OLIVEIRA, 2013, p.9) e porque as diversas ações em economia solidária têm suas raízes transformadoras sedimentadas no território (ORTIGOZA; MENDES, 2015). Em decorrência disso, justifica-se que:

As experiências cotidianas se concretizam no território, é a partir dele que conseguimos enxergar as vivências, sociabilidades, identidades e resistências. O território é resultado de tempos e espaços específicos, assim compreender a complexidade envolvida na economia solidária e as reais possibilidades de representar mudanças sociais e produtivas, requer uma abordagem territorial do processo. (ORTIGOZA; MENDES, 2015, p.4).

Tendo em vista que o presente trabalho se propõe apresentar as diferentes abordagens teóricas acerca do desenvolvimento territorial e da economia solidária, com referências aos territórios de identidade, compreendendo as articulações, interações e relações entre estes temas, recentes no debate acadêmico brasileiro e no plano político, especialmente na Bahia, levantou-se o seguinte questionamento: quais são os principais aspectos do desenvolvimento territorial (DT), destacadamente os territórios de identidade (TI), e da economia solidária (ES), inclusive a interação entre DT/TI e ES, tendo, secundariamente, como ilustração histórica a experiência baiana?

É um estudo original, porque trata das relações entre DT/TI e ES, o que ainda é pouco debatido. Tanto o DT/TI quanto a ES são temas ainda pouco estudados nos meios acadêmicos. Temas estes, também complexos e polêmicos, pois a época em que se vive possui relações próprias que são antagônicas à visão de Desenvolvimento Territorial, que tem

foco no território, incorporando o rural, e a de Economia Solidária, que além de ter raízes transformadoras sedimentadas no território, contrapõe-se ao modo de produção capitalista (competitivo e hierarquizado). Além disso, tais concepções lançam o olhar sobre realidades sociais e econômicas por vezes esquecidas e, muitas vezes, utilizadas para embasar documentos oficiais adotados no processo de planejamento e gestão do território. Daí a grande relevância, tornando-se oportuno disseminá-las.

Para a construção do presente trabalho, exploratório e inicial, julgou-se necessário uma pesquisa documental e bibliográfica, que não exauriu o debate acerca do que é aqui tratado. A pesquisa é documental, pois, recorreu-se a coleta, seleção e utilização de documentos primários (documentos oficiais, contratos, relatório de gestão). É bibliográfica, pois se baseou em publicações científicas da área, e como indicam Botelho e Cruz (2013), ela é necessária e indispensável para o início de qualquer estudo, para que não se escolha um tema amplamente pesquisado, no sentido de que há pouco a ser acrescentado, e para que se conheçam os principais autores que abordam sobre ele. Nesse levantamento bibliográfico, buscou-se conceitos fundamentais para elaborar o trabalho, assim como utilizou-se de importantes autores que abordam sobre o tema, dentre eles: Abramovay (2006), Blatt (2014), Cruz (2015), Culti, Koyama e Trindade (2010), Haesbert (2004), Itaborahy (2010), Laville (2003), Machado (2003), Perico (2009), Santos (1998; 2004), Singer (2004).

O trabalho estrutura-se em cinco capítulos, além desta introdução e a conclusão. Apresentando-se no primeiro, os principais conceitos que abarcam o tema, como o de Desenvolvimento Territorial, Território e Identidade, além da origem da Política de Desenvolvimento Territorial em âmbito nacional. Seguindo, assim, uma linha conceitual estratégica, para se conhecer as relações entre DT/TI. Ademais, essa forma de abordagem permite a busca de ilustrações, exemplificações com base na estratégia baiana de desenvolvimento territorial, através dos Territórios de Identidade.

No segundo capítulo, intitulado “Aspectos da Teoria e da História da Economia Solidária”, é realizada uma apresentação dessa economia, conceituando-a, mostrando os princípios que a alicerçaram, o seu contexto histórico e ação como política no Brasil, a fim de fazer as relações proposta, com o Desenvolvimento Territorial. Acreditando que ela, através dos seus princípios e práticas, pode ultrapassar o local da produção e pautar a vida em comunidade, contribuindo para os novos rumos do desenvolvimento.



A experiência baiana no enfoque territorial é o assunto do terceiro capítulo. Tal enfoque, adotado a partir de 2007, é resultado de um processo que começa em 2003, em âmbito nacional, buscando uma nova modalidade de planejamento do desenvolvimento. Assim, será apresentado, de forma teórica, os principais conceitos e metodologias empregados para introdução dos Territórios de Identidades.

Ainda no contexto baiano, o quarto capítulo faz uma breve ilustração sobre Economia Solidária na gestão pública do Estado, mostrando a evolução e o reconhecimento desta economia como um meio de promover melhores condições de vida e trabalho para a população, construindo uma estratégia de desenvolvimento, através da valorização das potencialidades locais.

No quinto capítulo, são realizadas as articulações necessárias entre o Desenvolvimento Territorial e a Economia Solidária, através de aspectos teóricos e políticos. Chegando, portanto, aos principais resultados, apresentados na conclusão, de que essas duas propostas são complementares e capazes de, se abordadas em conjunto, modificar, ou amenizar, diferenças regionais brasileiras, causadas por políticas que privilegiaram uns espaços em detrimento de outros.

Por fim, o objetivo geral deste trabalho monográfico é analisar as concepções de Desenvolvimento Territorial, destacadamente os Territórios de Identidade, ao lado do estudo sobre a Economia Solidária, considerando, como ilustração para abordagens teóricas, as iniciativas públicas no Estado da Bahia, a partir de 2007.

## **2 DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL, COM DESTAQUE PARA OS TERRITÓRIOS DE IDENTIDADE**

Neste primeiro capítulo será abordado o desenvolvimento territorial, dando destaque aos Territórios de Identidade Rurais. Estes são frutos da política pública adotada no Brasil, a partir de 2003, que teve como objetivo o desenvolvimento de espaços rurais. Introduzindo, assim, uma nova modalidade de desenvolvimento que abarca critérios multidimensionais. Dessa forma, pretende-se seguir uma linha conceitual estratégica, pois para se conhecer a estratégia baiana de desenvolvimento territorial, através dos Territórios de Identidade, é necessário entender, primeiro, os conceitos principais que abarcam o tema e a origem dessa política em âmbito nacional.

O desenvolvimento territorial, como será apresentado na primeira subseção, é um conceito relativamente recente na história, especialmente no Brasil e na sua vinculação às políticas públicas. Surgiu a partir do esgotamento do modelo de desenvolvimento que se utilizava de um viés apenas economicista e que acarretou disparidades entre países, estados, regiões e povos. Introduzindo, assim, uma nova visão do desenvolvimento, com foco no rural, não mais dissociado do urbano, buscando o envolvimento de diferentes atores locais dentro do território e a valorização de suas identidades. Na segunda subseção serão apresentados os principais conceitos acerca do que são os territórios de identidade, perpassando pelo conceito geográfico e unidimensional do termo, até adentrar em conceitos mais amplos: multidimensionais, multiescalares, multiformes e multidisciplinares, incluindo o conceito elaborado pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), em que o torna objeto da política pública brasileira. Por fim, será apresentada a abordagem territorial em âmbito nacional.

### **2.1 O DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL**

Definir desenvolvimento não é uma tarefa fácil, pois este é um conceito amplo, principalmente por abarcar diversos aspectos qualitativos. O desenvolvimento pode ser humano, social, econômico, local, sustentável, regional, rural, territorial. Aqui, será utilizado este último termo, ou seja, o conceito de desenvolvimento com o qualitativo territorial. Um conceito que passou a ser formulado e difundido, com mais força no Brasil, a partir dos anos 1990, e mesmo mais restrito não deixa de ser complexo, pois se constitui de dois termos também complexos – desenvolvimento e território – que abarcam tantas outras qualificações.

Sem aprofundar, mas em uma tentativa de montar e mostrar esse cenário propício a novos debates teóricos, primeiro será apresentada, de forma sucinta, a “história do desenvolvimento” até a noção de desenvolvimento territorial, de interesse neste trabalho. Lembrando que o conceito de desenvolvimento é relativamente recente na história, especialmente no Brasil, e na utilização vinculado a perspectiva de política pública. O período entre o auge e a crise do tema compreende aproximadamente três décadas, especificamente de 1950 a 1980, estando por muito vinculado à noção de “progresso” (crescimento econômico) (AGUIAR *et al.*, 2009).

Com a crise desse modelo de desenvolvimento, vinculado a perspectiva de crescimento econômico, entre as décadas de 1980 e 1990 abre-se uma fase de transição a um novo estilo de desenvolvimento global, marcada pelo esgotamento da fase de ouro do capitalismo, conforme assinalam Almeida Filho e Corrêa (2011). Ainda, através do que é apresentado por esses autores (2011), a forma de desenvolvimento adotada e sugerida pelos teóricos desenvolvimentistas em suas abordagens (da nova economia do desenvolvimento) desde a década 1940 e 1950 (quando foi instituída) até o período citado, não alcançou a redução do hiato entre os níveis de desenvolvimento dos países capitalistas e não solucionou problemas sociais básicos; ao contrário, acentuou as disparidades na tentativa de traçar um desenvolvimento como sinônimo de crescimento industrial.

O fato fundamental é a mudança de perspectiva ao perceber que as propostas de desenvolvimento da época anterior à década de 1980 ao invés de promoverem o desenvolvimento desejável, com crescimento e equidade, acirraram as disparidades entre centro e periferia, bem como entre regiões dentro de um mesmo país. Assim, é em meio à crise desse modelo de desenvolvimento, adotado até então, que surge o debate acerca do meio ambiente, particularmente “sobre a crise ambiental que se desenhava globalmente como resultado dos modelos de crescimento/desenvolvimento e dos padrões de produção e de consumo a eles associados” (AGUIAR *et al.*, 2009, p.85). Com esse novo debate, adentra a “retomada do estudo e da importância teórica do desenvolvimento, desta vez recheado de adjetivos (desenvolvimento social, humano, regional, rural, local, territorial, sustentável, etc.)” (AGUIAR *et al.*, 2009, p.85), sendo o desenvolvimento sustentável o conceito de maior referência em políticas públicas.

Ademais, é através dessa nova visão que o meio rural e as práticas agrícolas passam a ser vistas pelas políticas públicas (no discurso do desenvolvimento rural sustentável), ancoradas nas noções de capital social, gestão local e enfoque participativo. Um novo paradigma, buscando o envolvimento de diferentes atores sociais e suas respectivas representatividades no território. Ainda nesse rol, adentra a perspectiva do desenvolvimento territorial, vinculada a uma nova forma de promover o desenvolvimento rural sustentável e fundando “outro marco institucional para o desenvolvimento, onde o elemento central é justamente a construção social em torno das ideias, do debate e das decisões tomadas nos fóruns e instituições” (AGUIAR *et al.*, 2009, p.90).

No Brasil, essa perspectiva de desenvolvimento territorial vincula-se a gestão pública, efetivamente, em 2003, com os Territórios Rurais de Identidade, entretanto, vem sendo fomentada desde a década de 1990, conforme assinalado anteriormente. Tal abordagem territorial do desenvolvimento é defendida por seus pesquisadores porque representa a “crença de que este é um notável avanço na própria noção do desenvolvimento” (LIMA, 2012, p.173-174). No entanto, Almeida Filho (2006), o aponta como um conceito instrumental, haja vista que “à diferença do conceito de desenvolvimento econômico, emerge de questões concretas da política pública, isto é, surge como uma forma de expressão de uma concepção inovadora no contexto das políticas de desenvolvimento de recorte nacional” (ALMEIDA FILHO, 2006, p.100).

Além disso, é possível apresentar três motivos ou razões para a junção dos conceitos de desenvolvimento e território, consoante Lima (2012), uma pesquisadora do tema, são eles:

- a) renúncia à ação verticalizada do poder público, que passa a estimular a descentralização e participação social no processo de elaboração e gestão das políticas públicas;
- b) perspectiva híbrida do desenvolvimento entre as dimensões econômica, social, ambiental e político-institucional, em contraposição as abordagens setoriais que acabavam excluindo as parcelas historicamente negligenciadas na sociedade brasileira;
- c) valorização das raízes históricogeográficas do território, das redes sociais e de solidariedade, enquanto processos endógenos de desenvolvimento. (LIMA, 2012, p.173-174).

Dessa forma, para que se promova o almejado desenvolvimento é preciso valorizar os territórios, “espaços imaginados” (CRUZ, 2015, p. 168), suas redes sociais e de solidariedade, a economia local e as formas de organização social, através de uma perspectiva

multidimensional. Essa perspectiva multidimensional revela-se em um enfeixamento com o desenvolvimento territorial, podendo ser observado através da seguinte imagem:

Figura 1 – Dimensões do Desenvolvimento Territorial e o Enfeixamento



Fonte: CRUZ, 2015, p. 150

Segundo Cruz (2015, p.168) as articulações entre as diversas dimensões sofrem condicionamentos mútuos, contudo, muitas vezes, ignoram conflitos e disputas materiais, econômicas, políticas, culturais e ambientais, indispensáveis à análise de desenvolvimento territorial, pois envolvem uma complexidade de relações sociais a partir desses espaços imaginários que são os territórios.

Por fim, tanto a abordagem territorial do desenvolvimento quanto o conceito de território, tiveram suas origens na Geografia, sendo, posteriormente, adotados pelas ciências sociais e humanas, trazendo estas, influências e contribuições ao tema. Um pouco dessa discussão será apresentada na próxima seção, tornando-a necessária ao objeto de trabalho.

## 2.2 TERRITÓRIOS DE IDENTIDADE: APORTE CONCEITUAL

É possível iniciar essa discussão com uma definição básica, porém bastante intuitiva. Territórios de Identidade são espaços criados para a execução ou experimentação da política pública de desenvolvimento territorial. Entretanto, não há muitos conceitos, bem definidos, sobre o termo, o que pressupõe a análise de prerrogativas quanto ao conceito de território e de identidade territorial. Segundo Perico (2009, p.53), no livro “Identidade e Território no

Brasil”, “estes conceitos são relativamente recentes na história ocidental e, por consequência direta a isso, estão sujeitos a múltiplas definições e a processos de reformulação”.

Em relação ao “território”, é importante salientar que se procura apresentar uma compreensão sobre o termo não somente enquanto espaço geográfico e relações de poder, mas promover, principalmente, uma discussão com a conceituação mais recente, a partir da história vivida por uma comunidade que imprime no território a identidade do grupo social ali residente, isto é, compreender o território em uso, pois é ele que é objeto da análise social. Segundo Blatt (2014) o território em uso é o cenário de produção e reprodução do trabalho, das manifestações culturais, materiais e espirituais, que se articulam com o pertencimento e a identidade. Esta aparece quase sempre associada a um povo e seu espaço de vivência, ao território.

### **2.2.1 O Território**

No que se refere à noção de território, existe uma diversidade de definições que foram sendo reformuladas a medida que os referenciais teóricos foram avançando. Embora, inicialmente tenha sido um termo geográfico, “por referir-se a sociedade, Território deixa de ser um conceito exclusivo da Geografia, sendo analisado também por outras áreas do conhecimento, tanto das ciências sociais como das ciências humanas” (HAESBAERT, 2004, *apud* SOUZA, 2008, p.2). Além disso, Ortega e Silva (2011) mostram que não existe nem mesmo dentro das Ciências Sociais uma única concepção de território que seja aplicável as suas diversas esferas. Isso porque, esta concepção é “[...] multiescalar (local, regional e mundial), multidimensional (dimensão econômica, sociocultural, política e ambiental), multiforme (civil, governamental, estrutural e cultural) e multidisciplinar (economia, geografia, sociologia, história, política e antropologia etc.)” (SILVA, 2012, p.72).

Na geografia moderna o conceito foi inicialmente elaborado por Friedrich Ratzel (VALE; SAQUET; SANTOS, 2005; PERICO, 2009; ITABORAHY, 2010), no contexto das preocupações da unificação alemã, estando tal conceito associado à institucionalização da geografia como disciplina nas universidades europeias, na década de 1870 (PERICO, 2009, p.54). Em conformidade com Itaborahy (2010, p.1), Ratzel “além de trazer o debate territorial para a Geografia [...], o coloca como necessário à reprodução da sociedade e do Estado”.

Embora tal ideia logo tenha sido aceita pelo Governo alemão, estava limitada às fronteiras nacionais e tinha o Estado como única fonte de poder no controle do espaço. Raffestin (*apud* PERICO, 2009, p.55) criticou essa “unidimensionalidade que a geografia atribuiu ao território quando o limitou a sua expressão estatal sem considerar os conflitos e divisões que ocorrem no interior dos estados”, pois existem distintas dimensões de poder, efetivadas em diferentes situações, sendo este relacional e intrínseco em todas as relações sociais que caracterizam o território. Assim, o conceito voltou a ser alvo de debates após a década de 1970, buscando-se uma conceituação mais ampla e, a partir de novas formulações, então, “o território ganhou um sentido diferente [...] para abordar uma infinidade de questões pertinentes ao controle físico ou simbólico de determinada área” (VALVERDE, 2004, p.120).

Ainda nessa acepção de que território tem a ver com poder, Haesbert (2004), citando Lefebvre, afirma que território diz respeito ao poder tanto no seu sentido de dominação (concreto, funcional e vinculado ao valor de troca) quanto no de apropriação (simbólico, carregado das marcas do “vivido”, do valor de uso). Neste último sentido, de apropriação, é impossível não falar da contribuição de Milton Santos. Este autor, partindo de uma exposição não habitual, definiu território a partir do seu uso pela sociedade. Nesse sentido, “o território usado abriga as ações passadas, já cristalizadas nos objetos e normas, e as ações presentes, aquelas que se realizam diante dos nossos olhos” (SILVEIRA, 2011, p.154).

De acordo com Santos (1998):

É o uso do território, e não o território em si mesmo, que faz dele objeto da análise social. Trata-se de uma forma impura, um híbrido, uma noção que, por isso mesmo, carece de constante revisão histórica. O que ele tem de permanente é ser nosso quadro de vida. Seu entendimento é, pois, fundamental para afastar o risco de alienação, o risco da perda do sentido da existência individual e coletiva, o risco de renúncia ao futuro. (SANTOS, 1998, p.15).

Além disso, é através da definição dada por tal autor que se pode relacionar, mais nitidamente, os termos em análise (território e identidade). Isto é, Santos definiu o território usado como o chão mais a identidade e a identidade como o sentimento de pertencer àquilo que nos pertence (SANTOS, 2009, p.8). Nessa perspectiva, segundo Blatt (2014):

As reflexões de Milton Santos (2000) são referência para o conceito de Território de Identidade na Bahia, e do autor destaca-se o argumento de que

o termo território aparece como cenários onde os sentimentos de pertencimento e ou identidade estão atrelados ao que as pessoas sentem em relação ao lugar em que vivem – o território aqui é, portanto, o cenário de produção e reprodução do trabalho, das manifestações culturais, materiais e espirituais – se articulam com o pertencimento e a identidade. (BLATT, 2014, p.98).

Outra definição importante, seguindo essa tendência da definição de Milton Santos, é apresentada pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), órgão responsável pela elaboração da política de desenvolvimento territorial brasileira, em que, ao conceituar o território, afirma que este está além de seus limites físicos, atribuindo-lhe vida:

Os territórios são mais do que simples base física. Eles têm vida própria, possuem um tecido social, uma teia complexa de laços e de relações com raízes históricas, políticas e de identidades diversas, que vão muito além de seus atributos naturais, dos custos de transporte e de comunicações, e que desempenham função ainda pouco conhecida no próprio desenvolvimento econômico. (BRASIL, 2003, p.3).

Em decorrência disso, “enquanto “espaço-tempo vivido”, o território é sempre múltiplo, “diverso e complexo”” (HAESBERT, 2004, p.2). Quanto ao aspecto múltiplo, conforme já apresentado neste trabalho, o conceito do termo é multidimensional (além de multiescalar, multiforme e multidisciplinar), assim é entendido nas ciências sociais através das diversas dimensões da sociedade: econômica, social, cultural, político-institucional e ambiental (PERICO, 2009; VALE; SAQUET; SANTOS, 2005; ORTEGA; SILVA, 2011). A depender do enfoque, alguma dessas abordagens dimensionais podem ser mais exploradas, conquanto são indissociáveis e estão relacionadas, concomitantemente, com a natureza, no tempo e no espaço. Perico (2009) descreve-as da seguinte maneira:

A dimensão econômica abrange as capacidades de inovar, diversificar, usar e articular recursos locais ou regionais para gerar oportunidades de trabalho e renda, além de fortalecer as cadeias produtivas e de integrar redes de produtores. A dimensão sociocultural diz respeito à equidade social obtida com a participação dos cidadãos nas estruturas de poder, tendo, por referência, a história, os valores, a cultura do território e o respeito pela diversidade frente à possibilidade de melhorar a qualidade de vida das populações. A dimensão político-institucional envolve os aspectos de construção ou renovação de instituições que permitem chegar às estratégias negociadas, obtendo a governabilidade democrática e a promoção do exercício cidadão. Já a dimensão ambiental se refere ao meio ambiente (ativo do desenvolvimento) e se apoia no princípio da sustentabilidade, com ênfase na idéia da gestão sustentável dos recursos naturais, de forma a garantir a disponibilidade desses recursos às gerações futuras. (PERICO, 2009, p.57).



A partir desse caráter multidimensional, outra definição pode ser apresentada. De acordo com o MDA, em “Referências para o desenvolvimento territorial sustentável/Ministério do Desenvolvimento Agrário” (2003), o território

É um espaço físico, geograficamente definido, geralmente contínuo, compreendendo cidades e campos, caracterizado por critérios multidimensionais, tais como o ambiente, a economia, a sociedade, a cultura, a política e as instituições, e uma população, com grupos sociais relativamente distintos, que se relacionam interna e externamente por meio de processos específicos, onde se pode distinguir um ou mais elementos que indicam identidade e coesão social, cultural e territorial. (BRASIL, 2003, p.34).

Para os autores Cunha, Paulino e Meneses (2009 *apud* LIMA, 2012, p.178) essa “abordagem territorial, teoricamente multidimensional, é uma forma do Estado fazer uso do conceito de território e outros termos a ele relacionados, para garantir legitimidade científica e política ao seu projeto modernizador”.

### **2.2.2 A Identidade Territorial**

A identidade, para muitos autores, deve estar associada ao termo território. Conforme apresenta Perico (2009), a identidade é o espírito essencial, básico e estruturante do território e se expressa através de traços diferenciadores e distintivos da população pertencente a um espaço. No mais,

Além de descrever e caracterizar o território, o mais importante é que a identidade orienta e ordena as estratégias de desenvolvimento ao definir e dar suporte ao caráter das forças motoras que possibilitam avançar na conquista do bem-estar. Associada ao território no contexto político-institucional, a identidade se expressa como territorialidade que denota o sentimento político, a energia social e a vontade coletiva que – somados – resultam sentimentos (nacionalista, patriótico, regionalista, amor pela terra e diversas manifestações da força social objetiva). O reconhecimento e a compreensão desses sentimentos promovem a afirmação de muitas estratégias de desenvolvimento. (PERICO, 2009, p.26).

Nas ciências sociais contemporâneas, o conceito de identidade também se utiliza da multiplicidade: “as identidades expressam a diversidade das relações sociais e modos de autopercepção e de atribuições” (PERICO, 2009, p.61). No entanto, é um conceito que não deve ser confundido com cultura, “a cultura é inerente a um grupo; a identidade se manifesta

como ação social e coletiva concreta frente a outro(s). A cultura une um grupo; a identidade o diferencia de outros” (PERICO, 2009, p.63). Por fim, toda e qualquer identidade é construída, ou seja, “é sempre processo (identificação em curso), que se dá por meio da comunicação com outros atores (diálogo e confronto)” (SOUZA; PEDON, 2007, p.135).

### **2.2.3 Os Territórios de Identidade**

A relação apresentada, entre identidade e território, “toma forma de um processo em movimento, que se constitui ao longo do tempo tendo como principal elemento o sentido de pertencimento do indivíduo ou grupo com o seu espaço de vivência” (SOUZA; PEDON, 2007, p.126), isto é, ao que as pessoas sentem em relação ao lugar em que vivem. Recentemente, houve um aumento no uso desses termos para embasar e nortear projetos governamentais voltados às áreas rurais, como principal meio de viabilizar o desenvolvimento territorial. Sendo os Territórios de Identidade – espaços criados através de uma perspectiva de territorialização por identidade – o principal meio de viabilizá-lo. Assim, é através do contexto político, dessa apropriação de conceitos pelas gestões públicas, que se pode entender sua definição. Especialmente, no contexto político brasileiro e baiano, onde esses espaços são utilizados como unidades de planejamento. Por fim, Ritter (2011) define Territórios de Identidade como uma nova instância escalar de planejamento e ação, diferente das anteriores adotadas no Brasil, o que poderá ser observado em reflexões posteriores desse trabalho.

## **2.3 POLÍTICA DE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL NO BRASIL**

A Política de Desenvolvimento Territorial no Brasil, adotada no início do século e em curso até o momento, está apoiada nos Territórios Rurais. Tal política foi estabelecida e difundida, notadamente, em 2003, visando à superação de desequilíbrios regionais, acumulados pela concentração de investimentos em pontos específicos do território, devido à ausência de políticas nesse campo. Porém, a abordagem territorial do desenvolvimento faz-se presente nos discursos acadêmicos desde o fim do século passado (XX).

Em vista disto, o Brasil, por possuir um “desenvolvimento desigual nos seus espaços, diferenças geográficas, ambientais e climáticas, sociais, culturais e econômicas” (BLATT, 2014, p.93-94), apresenta problemas de gestão e ocupação do seu território e passou, desde a sua formação, por diversos processos de territorializações, ou seja, adotou várias políticas

forjando unidades territoriais tendo “como objetivo diminuir as desigualdades no país, através de políticas públicas, associadas ao capital privado, tendo a indústria como base para o almejado crescimento econômico” (DI LAURO *et al.*, 2009, p.2). Em sua maioria, as estratégias não foram bem sucedidas, haja vista que se apropriavam de visões apenas economicistas.

No entanto, será de interesse apresentar aqui apenas uma breve discussão acerca da atual política de desenvolvimento territorial, os Territórios Rurais do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), indutora ao enfoque em Territórios de Identidade no Estado da Bahia, e que adotou na sua formulação, diferente das políticas anteriores, critérios multidimensionais, abarcando além do aspecto econômico, o social, o cultural, o político e o ambiental.

### **2.3.1 Os Territórios Rurais de Identidade**

O enfoque dado pelo governo brasileiro ao território na gestão pública, a partir de 2003, visando a promoção de um desenvolvimento territorial rural sustentável, traz, “uma visão essencialmente integradora de espaços, atores sociais, agentes, mercados e políticas públicas de intervenção” (BRASIL, 2003, p.26). Apesar de já ocorrer uma preocupação com o rural no Governo de Fernando Henrique Cardoso, segundo Silva (2013), o Governo Lula, embora tenha dado continuidade às políticas macroeconômicas implantadas no governo antecessor, promoveu algumas rupturas, introduzindo a perspectiva territorial nas políticas públicas. Dessa forma, “a territorialização passou a ter papel ativo na esfera da ação federal” (SILVA, 2013, p.3), por considerar que o território é a unidade que melhor dimensiona os laços de proximidade entre pessoas, grupos sociais e instituições.

Antes de prosseguir nessa discussão, é importante pontuar, em concordância com o apresentado por Abramovay (2006), quatro dimensões nas quais a noção de território favorece o avanço nos estudos das regiões rurais. Primeiro essa noção de território convida a abandonar um horizonte estritamente setorial, ou seja, o rural não se resume ao agrícola (setor) e aos agricultores (atores), ele é definido por suas características espaciais; a segunda dimensão importante é que a noção de território impede a confusão entre crescimento econômico e desenvolvimento, ou seja, a pobreza rural deve ser encarada em seus aspectos multidimensionais; por terceiro, ela exige o estudo empírico dos atores e suas organizações

para compreender situações localizadas e; por ultimo, o território coloca ênfase na maneira como as sociedades se organizam para usar os sistemas naturais em sua organização produtiva.

Destarte, para garantir a execução das ações territoriais, foi criada a Secretaria de Desenvolvimento Territorial (SDT), a partir do Decreto nº 5.033 de 05 de abril de 2004, que aprova a Estrutura Regimental do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) (BRASIL, 2012). Esta Secretaria “consolidou a visão territorial como metodologia de planejamento governamental, traçando os critérios da atuação pública – desde a formulação, com base na identificação das demandas pelos cidadãos, até a avaliação dos resultados das políticas” (SILVA, 2013, p. 5). Isto é, adotou uma metodologia participativa, articulando “conceitos multidimensionais, como o de desenvolvimento local, endógeno, sustentável, governança e governabilidade, capital social e capital humano, autogestão, gestão social, participação social, economia solidária” (CRUZ, 2015, p. 160).

Conjuntamente, foi criado o Programa Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Territórios Rurais (PRONAT), “também conhecido como “Territórios Rurais de Identidade”, designação dada pelo MDA” (SOUSA; MOREIRA, 2014, p. 4), sendo consolidado em 2004, no âmbito do Plano Plurianual do Brasil de 2004-2007, pelo Governo Federal e sob a responsabilidade da SDT/MDA. Além de outras funções, o PRONAT “estimula o fortalecimento das organizações sociais locais e a articulação de recursos de diversas fontes e origens que já estejam disponibilizados ou que podem ser mobilizados em favor do desenvolvimento dos territórios” (SOUSA; MOREIRA, 2014, p. 5). Segundo Perico (2009, p. 75) “é o principal programa que remete às categorias de territorialidade e de identidade”.

Ainda, através do referido Programa foram definidos os territórios<sup>1</sup>, com base na composição de identidades regionais, que comporiam o Estado brasileiro e que seriam passíveis de se beneficiarem de políticas públicas (DANTAS; COSTA, 2014). Para delimitá-los a SDT/MDA,

[...] levou em consideração os dados secundários, geopolíticos e demográficos do IBGE; a identificação dos aglomerados municipais

---

<sup>1</sup> Inicialmente foram 65 territórios rurais e, hoje, esse número mais que dobrou. Atualmente são 239 territórios rurais e/ou cidadania apoiados, “abrangendo 3.568 municípios, (64,3% do total do país) e que reúnem mais de 76 milhões de habitantes” (BRASIL, 2014).

urbanos; intermediários e rurais; o foco na agricultura familiar; e o ordenamento para o dialogo e seleção nos estados, considerando o capital social, a convergência dos interesses institucionais públicos e das organizações sociais; a existência de áreas prioritárias da ação do governo federal nos estados e a incidência de programas, planos e projetos de desenvolvimento de caráter regional. (BRASIL, 2008a *apud* SOUZA, 2008, p. 116).

Por fim, os Territórios Rurais de Identidade, são definidos pelo MDA (2003), como territórios onde os critérios multidimensionais que os caracterizam apresentam explícita ou implicitamente predominância de elementos “rurais”, no entanto, incluem os espaços urbanizados que compreendem pequenas e médias cidades, vilas e povoados (BRASIL, 2003, p. 34). A partir dessa definição percebe-se que há um rompimento da visão dicotômica entre rural e urbano, pois, mesmo incorporando o desenvolvimento rural como foco prioritário, não contempla a visão tradicional de que rural e urbano são setores isolados, mas sim, partes de um mesmo território.

### 3 ASPECTOS DA TEORIA E DA HISTÓRIA DA ECONOMIA SOLIDÁRIA

A fim de fazer as relações propostas, entre Desenvolvimento Territorial e Economia Solidária, é preciso entender como se configura este movimento social, que surgiu recentemente em âmbito nacional e vem ganhando mais espaço. Assim, o capítulo é destinado a uma apresentação sobre a Economia Solidária (ES), conceituando-a, mostrando os princípios que a alicerçaram, o seu contexto histórico e ação como política pública no Brasil.

#### 3.1 CONCEITOS E PRINCÍPIOS

A economia solidária – ou socioeconomia solidária, economia popular solidária, economia dos setores populares, economia de comunhão, economia social, economia da cooperação, entre outras denominações dadas a essa prática, todas elas legítimas e que devem ser aceitas –, abarca diferentes significados e está vinculada a participação coletiva, a solidariedade, a autogestão, a democracia, o igualitarismo, a cooperação, a autossustentação e a promoção e desenvolvimento humano, compondo certa unidade, mesmo que nem sempre todas essas características estejam presentes nas suas diversas práticas (MANCE, 2003).

Antes de aprofundar na conceituação, para entendê-la é preciso, primeiramente,

[...] romper com a concepção de economia como, exclusivamente, mercado e reconhecer que em todas as sociedades há várias formas de empresas e associações, e que existem outras motivações humanas além da material e do lucro. A solidariedade, por exemplo, vem sendo um vetor organizador da produção. (MACHADO, 2003, p.5).

Nesse sentido, Laville (2003) refere-se a ES como terceiro pilar da economia, mas sem hierarquizar, e afirma que para entendê-la é preciso lembrar uma polêmica sobre a viabilidade dos métodos científicos no final do século XIX, em que a ciência econômica se tornou um estudo de mercado. “Esse posicionamento determinou a existência de um problema não só conceitual, mas também prático, porque uma parte da economia real deixa de ser identificada pela ciência econômica” (LAVILLE, 2003, p.15). Ainda, o autor (2003, p.15) afirma que devemos ver a economia de forma extensiva, “através dos princípios de mercado, de redistribuição e da reciprocidade”.

Neste último princípio, reciprocidade, a Economia Solidária emerge como um movimento social, organizado, principalmente, como afirmam os autores Amorim e Araújo (2004), por grupos sociais mais vulneráveis, ou vítimas de discriminação socioeconômica, como negros, mulheres e os menos escolarizados, na tentativa de se incluírem social e economicamente. Primeiro, uniam-se através de cooperativas e associações, porém, hoje, já se verificam diversas práticas, como clubes de trocas, feiras solidárias, empresas autogeridas, bancos comunitários, empresas privadas recuperadas, entre outras.

Sendo assim, a Economia Solidária pode ser caracterizada como uma forma de produção, distribuição e consumo, composta por uma diversidade de práticas, que buscam através do comércio justo e solidário, a racionalização da riqueza e gestão alternativa da atividade econômica. No entanto, “mais que um conjunto de práticas existentes, a economia solidária no Brasil representa também um movimento social e um projeto de sociedade. Ela é também um ator político” (LEMAÎTRE, 2007, p. 5).

Culti, Koyama e Trindade (2010, p.7), similarmente, conceituam-na como “um modo de organização da produção, comercialização, finanças e consumo que privilegia o trabalho associado, a cooperação e a autogestão”. Ainda, os autores (2010) pontuam quatro ideias preconcebidas (ou mitos) em torno da economia solidária. São: (i) Ela é um setor a parte ou um setor de fronteiras; (ii) é uma economia caritativa; (iii) é uma subeconomia reservada aos excluídos e; (iv) teria uma função temporária.

Em relação ao primeiro mito, os autores afirmam que:

A economia solidária não é e nem deve ser um gueto que, para crescer, deva ser protegido, colocado à parte do mercado, para depois se relacionar com ele [...]. Ela deve manter sua ética e sua forma de conviver, produzir e distribuir as sobras no interior de seus empreendimentos e, externamente, sendo pequena ou grande como todas as empresas tradicionais, deve se colocar no mercado, salvaguardando sua autonomia. (CULTI; KOYAMA; TRINDADE, 2010, p.17-18).

Sobre o segundo mito, pode-se afirmar que “nada têm de caridade ou filantropia, são relações pautadas no trabalho coletivo e na solidariedade com fim de gerar renda” (CULTI; KOYAMA; TRINDADE, 2010, p.18).

Sobre ela ser uma subeconomia reservada aos excluídos, afirma-se que, por um lado, mesmo que grande parte das organizações tenha surgido devido a uma necessidade de sobrevivência, em outros casos, as iniciativas podem partir de objetivos despreziosos. “Além da necessidade, pode ser também uma escolha por outra relação que vai ao encontro de suas crenças, valores, práticas ou maneira de ver e lidar com a vida produtiva e social” (CULTI; KOYAMA; TRINDADE, 2010, p.16).

Essa economia não está condenada a dissolver-se no mercado, quarto mito. Ela pode se inserir e manter interação com o mesmo, sem necessariamente ser absorvida pelas grandes empresas tradicionais. Isso não quer dizer que essa relação não seja conflituosa.

De outro ponto de vista, a utopia também está inserida no debate sobre a economia solidária. Entre alguns autores que a defende, está Paul Singer (2004), um dos maiores representantes no Brasil, propondo a ES como uma economia de ruptura, superior e competindo com o modo de produção capitalista, suscitando várias críticas.

Ainda, embora a principal visão sobre a ES seja a geração de trabalho e renda, através de uma inclusão socioprodutiva, ela pode ser definida a partir de aspectos multidimensionais (dimensões econômica, social, política, cultural e ecológica), como apresentado no capítulo anterior para conceituação de território e de desenvolvimento territorial. A dimensão econômica revela-se através de estratégias de produção, comercialização e consumo, buscando a racionalização da riqueza e uma gestão coletiva da atividade econômica. A dimensão social se dá pela busca da eficiência e inclusão social. Nesse sentido, representa melhoria na qualidade de vida e atendimento às necessidades básicas: alimentação, saúde, educação, moradia; estando presente também na igualdade de gênero, raça, etnia e geração (SOUZA, 2011). Politicamente, ela é um movimento social que luta pela mudança da sociedade através de distintos valores, organizada em grupos de todos os extratos que lutam pela sua emancipação em milhares de empreendimentos econômicos solidários e pela ampliação da participação comunitária. “Nesta dimensão reside também à capacidade de acessar recursos e políticas públicas, a luta pela reforma agrária e urbana, pela segurança alimentar e nutricional” (SOUZA, 2011, p.69). Além disso, as iniciativas em economia solidária também preservam a diversidade cultural, assim, “verifica-se essa dimensão pelo resgate da história das comunidades, da valorização do saber popular, da cultura e das potencialidades locais” (SOUZA, 2011, p.70). Em último, e não menos importante, através da



ES busca-se outra qualidade de vida e de consumo, em uma relação de intercâmbio respeitoso com a natureza, a sustentabilidade (dimensão ecológica).

Por fim, mas sem esgotar tal discussão, “entre as diversas maneiras de interpretar esse fenômeno, está o entendimento de que a economia solidária viabiliza o desenvolvimento territorial” (VASCONCELOS, 2007 *apud* LIMA, 2012, p.174). Lembrando que tal desenvolvimento se expressa dentro de um território, sendo este uma construção social, que contempla relações econômicas, sociais, políticas, culturais, religiosas etc., e onde se desenvolve o sentimento de pertencimento e laços de identidade. Assim, “o território surge para o movimento como a mediação entre as práticas da Economia Solidária, enquanto atividade econômica, e sua relação com as condições de vida dos trabalhadores” (GODOY, 2014, p.264).

### 3.2 CONTEXTO HISTÓRICO E AÇÃO COMO POLÍTICA PÚBLICA NO BRASIL

Ao olhar historicamente, a Economia Solidária tem, no Brasil, seu surgimento nos fins do século XX, mais especificamente nas duas últimas décadas, em que se assistiu a um conjunto de transformações na economia mundial, que modificaram não só as formas de produção e de trabalho, mas também as condições de sobrevivência da maior parte da população, as relações entre Estado e sociedade e as formas de sociabilidade.

Em outras palavras, diversos estudos sobre o período em questão, fins do século XX, mostram que ele foi marcado por profundas instabilidades nas economias de mercado capitalista, sendo chamado por Hobsbawm (1995) de décadas de crise. O referido autor advoga (1995, pg. 396) que após 1973 o crescimento econômico havia sido interrompido por várias recessões, acarretando em problemas como pobreza, desemprego em massa, miséria, instabilidade. Destarte, foi um período de crise econômica e social, “resultado tanto da globalização neoliberal, como das políticas econômicas recessivas, ou seja, fruto de fatores estruturais e conjunturais” (BRASIL, 2008, p.1). Conseqüentemente, essas “turbulências” abriram espaço para outras formas de organização, levando, então, indivíduos a buscarem garantia de sobrevivência e a se organizarem mutuamente, no intuito de se incluírem social e economicamente.

Nesse contexto apresentado, a economia solidária se colocou “como proposta alternativa para a ocupação, geração de renda [...], trazendo consigo seus princípios e práticas que segundo alguns autores, podem revolucionar a forma como as pessoas se relacionam” (ROCHA FILHO; CUNHA, 2015, p.3). Lembrando que ela não é uma economia exclusiva aos marginalizados.

Sua expansão deveu-se ao “trabalho realizado por organizações da sociedade civil, de igrejas, das incubadoras universitárias e dos movimentos sociais que atuam no campo e na cidade” (CULTI; KOYAMA; TRINDADE, 2010, p.7-8) e “foi a partir das demandas do próprio segmento da economia solidária que o governo federal assumiu o desafio de implementar políticas em prol do seu desenvolvimento” (PAMPLONA, 2009, p.76). Assim, na ação pública governamental, ela ganhou maior relevância quando, em 2003, foi criada a Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES), no âmbito do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), para consolidar<sup>2</sup> um conjunto de práticas já existentes no Brasil. Em 2004, teve início o Programa Economia Solidária em Desenvolvimento (incluído nos Planos Plurianuais do Governo Federal de 2004-2007) para atender às principais demandas dos Empreendimentos Econômicos Solidários.

Segundo Singer (2004, p.3), agindo assim, o Estado Brasileiro reconheceu “um processo de transformação social em curso”. Reconheceu que pessoas sem acesso aos direitos sociais básicos são também excluídas social e economicamente, especialmente aquelas que vivem em economias das comunidades pobres, que além da dificuldade de acesso aos postos de trabalho (formal), encontram outras carências em áreas como educação, saúde, moradia e terra (TAUILE; RODRIGUES, 2004). Dessa forma, o governo aumentou o seu foco para além do combate assistencial, entendendo que “combater a pobreza requer o desenvolvimento da economia das comunidades pobres em seu conjunto, de modo a beneficiar todos os integrantes” (SINGER, 2004, p.5).

Além das ações mencionadas, Silva (2011) apresenta outros avanços da referida economia, no campo institucional e político:

---

<sup>2</sup> Consolidar – mediante instrumentos ao seu alcance – e não criar, visto que a implementação de empreendimentos solidários é resultado da mobilização das pessoas em nível local.

No campo institucional foram conquistados importantes espaços de participação e de interlocução, ampliando as parcerias para fortalecimento da economia solidária em várias políticas setoriais [...] Ocorreu também a expansão de políticas públicas de economia solidária nos governos estaduais e municipais, inclusive com a criação de legislações e a implantação de conselhos, com o fortalecimento da Rede de Gestores Governamentais de Políticas Públicas de Economia Solidária. Da mesma forma, a conquista de mecanismos de participação direta, como a realização de Conferências Públicas e a instalação e funcionamento do Conselho Nacional de Economia Solidária (CNES), constituem espaços privilegiados de diálogo e articulação para o fortalecimento do setor. (SILVA, 2011, p.9).

Outro instrumento de expressão política do movimento de economia solidária no Brasil, criado em 2003, é o Fórum Brasileiro de Economia Solidária (FBES), que através da sua trajetória de articulação a partir de encontros e da atuação em fóruns de discussão, foi responsável pela crescente visibilidade política das práticas desse campo. A atuação do FBES foi e é tão importante para o movimento, que “sua trajetória de construção se confunde com a própria construção do campo da economia solidária no Brasil” (NAGEM; JESUS, 2013, p.90).

Portanto, verifica-se uma crescente organização em torno da economia solidária. Entretanto, Souza (2012, p.67) observa que embora se tenha “uma expansão da ação pública de economia solidária no Brasil [...] sua institucionalização ainda é lenta e residual”.

#### 4 A BAHIA E OS TERRITÓRIOS DE IDENTIDADE

No início do século, em 2007, o Estado da Bahia, seguindo a tendência do Brasil, buscou estabelecer políticas territoriais, visando diminuir as disparidades territoriais e a concentração de investimentos em pontos específicos, pois, mesmo possuindo o sexto maior PIB do país, apresenta diversos problemas por sua trajetória política, econômica e social, conformando assimetrias que se expressam de forma marcante.

No entanto, em diferentes momentos, o governo baiano adotou outras regionalizações, que segundo Vieira (2006, p.85) visavam, “no geral, as acomodações para privilegiar ações prioritárias e acolhimento das forças políticas que apoiaram a candidatura vitoriosa”. As divisões mais importantes e mais atuais (a partir da década de 1970) foram as Regiões Administrativas (1970); as Regiões Econômicas (1990) e; os Eixos Estaduais de Desenvolvimento (final da década de 1990 e início do século XXI).

Atualmente, o enfoque territorial vem sendo adotado como uma nova modalidade de planejamento do desenvolvimento, “buscando identificar prioridades temáticas definidas a partir da realidade local, possibilitando o desenvolvimento equilibrado e sustentável entre as regiões” (BLATT, 2014, p.23), visto que, as demais regionalizações, tinham um caráter extremamente funcionalista, “que somente de forma bastante incipiente e indireta tocava nas questões referentes ao desenvolvimento socioeconômico ou dos desequilíbrios regionais” (SOUZA, 2008, p. 75), servindo apenas “como um indicativo de áreas prioritárias para o investimento privado e para a atuação do grande capital nacional e estrangeiro, ao passo que as iniciativas governamentais se restringiriam a limitados investimentos sociais” (SOUZA, 2008, p. 86).

Diante disso, nota-se que “o Estado vem, nitidamente, implementando ações contraditórias: de um lado organizando o mercado, gerando concentração, e de outro lado, estabelecendo políticas regionais compensatórias, buscando a desconcentração” (VIEIRA, 2006, p.113). No entanto, é necessário frisar que o objetivo dessa explanação não é um estudo ou análise da efetividade dessas políticas públicas em âmbito baiano, mas, mostrar porque o Estado resolveu adotar sua função redistributiva, buscando uma política que vise à integração dos atores locais e o desenvolvimento local e territorial. A seguir será discutida, de forma teórica,

a introdução dos Territórios de Identidade como nova territorialização do estado e uma política de desenvolvimento territorial.

#### 4.1 O DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL ATRAVÉS DOS TERRITÓRIOS DE IDENTIDADE

Na definição dada aos “territórios de identidade” colocou-se que estes são espaços destinados a estratégias públicas de desenvolvimento territorial. Assim, a partir de 2007, a Bahia adota esse novo enfoque na gestão pública, tendo como resultado um novo recorte territorial, em vigor até o momento.

Atualmente o Estado da Bahia é regionalizado por Territórios de Identidade: essa regionalização é fruto de um processo que começa em 2003 e culmina em 2007 com a nova divisão regional do Estado, visando à articulação das políticas estaduais no âmbito das diversas secretarias, a partir de uma mesma regionalização. (MONTEIRO; SERPA, 2012, p.152).

Tal recorte foi adotado como uma nova modalidade de planejamento, tencionando o desenvolvimento equilibrado e sustentável entre as regiões. Entendendo que as “ações governamentais deveriam priorizar as regiões mais deprimidas e carentes na distribuição dos investimentos públicos ou privados”. (SILVA, 2013, p.5-6).

A ideia era superar as limitações do desenvolvimento baiano, mediante a adoção de um novo modelo de desenvolvimento, construído a partir de um novo paradigma, que fosse capaz de assegurar a redução das desigualdades, tanto em termos econômicos, quanto em termos sociais. (BAHIA, 2007d *apud* SILVA, 2012, p.123-124).

De acordo com Santana (2008), a adoção oficial dessa perspectiva territorial seguiu a tendência nacional. Nesse contexto, Monteiro e Serpa (2012, p.152) afirmam que “essa regionalização foi “adaptada” a partir do modelo dos “Territórios Rurais”, adotado pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), passando por um processo de reajuste e diálogo com a realidade baiana”. Ou seja, para delimitação dos atuais Territórios de Identidade, a Bahia realiza alguns ajustes conceituais e metodológicos, porém pouco se diferencia da proposta inicial do MDA, visto que, alguns territórios são geograficamente idênticos aos estabelecidos pelo Governo Federal.

Esse processo de territorialização foi realizado pela Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (SEI) vinculada à Secretaria de Planejamento do Estado da Bahia (SEPLAN). Na delimitação procurou-se agrupar os municípios levando em consideração o sentimento de pertencimento e de identidade – culturais, geográficas, econômicas e sociais – dos moradores de cada região. Contudo, Blatt (2014, p.103) afirma que não houveram “elementos teóricos e práticos para a classificação e incorporação dos municípios nos territórios”, “mas efetivamente é inquestionável que a simples intenção tenha um propósito de melhorias às regiões embora com suas diversidades” (BLATT; GONGIM, 2013, p.16-17).

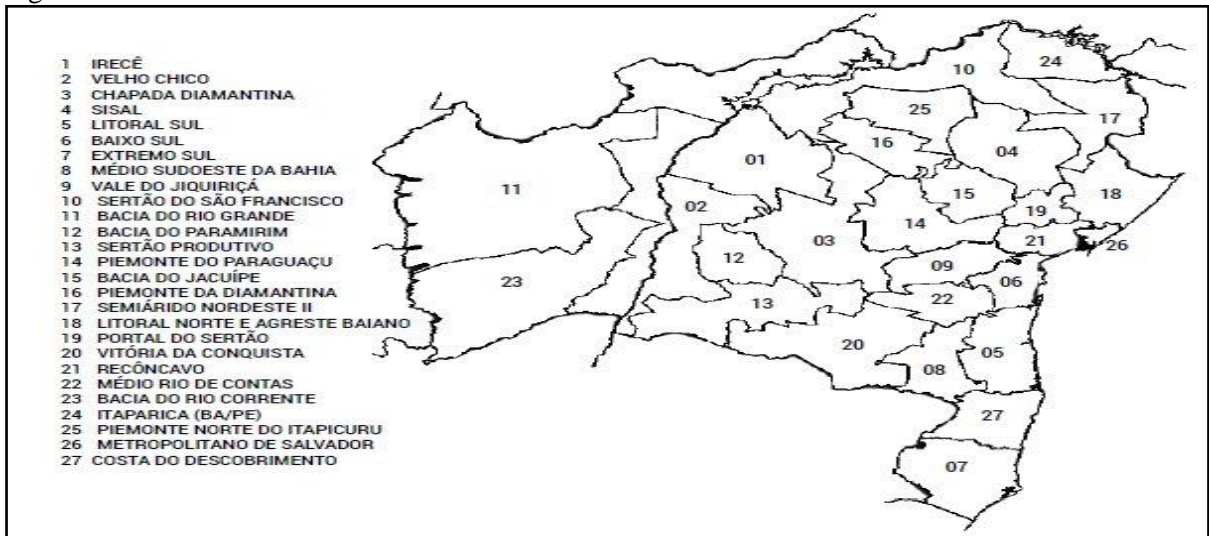
Dessa forma, hoje, são um total de 27 Territórios de Identidade (Imagem 2), neles inseridos os 417 municípios baianos. Esses territórios são conceituados, conforme já foi apresentado, por critérios multidimensionais – econômicos, sociais, culturais, políticos e ambientais –. E, através do Decreto 12.354, de 25 de agosto de 2010, em seu § 1º, são considerados como:

[...] agrupamento identitário municipal formado de acordo com critérios sociais, culturais, econômicos e geográficos, e reconhecido pela sua população como o espaço historicamente construído ao qual pertence, com identidade que amplia as possibilidades de coesão social e territorial. (BAHIA, 2010).

Além disso, uma das propostas dessa política é a gestão participativa, com intuito de estreitar a relação entre Estado e Sociedade. Sendo assim:

A política de desenvolvimento territorial assume na Bahia contornos diferenciados, incorporando a lógica mais ampla de gestão das políticas públicas, [...], mas inovando em alguns aspectos, sobretudo quanto a participação popular na esfera de decisão da estratégia de desenvolvimento territorial e da implementação das políticas públicas. (CRUZ, 2015, p.187).

Figura 2 – Territórios de Identidade no Estado da Bahia



Fonte: PERAFÁN; OLIVEIRA, 2013, p.17

## 5 UM BREVE COMENTÁRIO: A BAHIA COMO ILUSTRAÇÃO DA ECONOMIA SOLIDÁRIA

Esta seção dispõe-se a abordar a atuação da Economia Solidária na Bahia e sua evolução em termos de reconhecimento e criação de uma política pública no Estado.

### 5.1 INSTITUCIONALIZAÇÃO DA ECONOMIA SOLIDÁRIA NA BAHIA

“A Bahia, assim como o Brasil, possui o grande desafio de promover condições de vida e trabalho para expressiva parcela da população, incluindo a democratização da produção e ampliação da equidade na distribuição da riqueza e renda”. (MATOS *et al.*, 2013, p.3). Para tanto, adotou, além da política já mencionada nesse trabalho, uma política de inclusão socioprodutiva, através da valorização das potencialidades locais, expressões da economia solidária, buscando construir outro modelo de desenvolvimento.

Assim, a Economia Solidária tornou-se mais relevante no Estado, quando o Governo da Bahia, em 2007, criou dentro da Secretaria do Trabalho, Emprego, Renda e Esporte (SETRE), a Superintendência de Economia Solidária<sup>3</sup> (SESOL). Esta foi resultado de uma reivindicação do Fórum Baiano de Economia Solidária (FBaES), tendo como foco no seu planejamento potencializar a economia solidária como estratégia de desenvolvimento, geração de trabalho e renda e inclusão social.

Dando continuidade a ação política em torno da economia solidária na Bahia, foi implementado o Programa Bahia Solidária: mais Trabalho e Renda. Este foi o primeiro programa de apoio e fomento a grupos econômicos solidários, instituído com objetivo de “[...] promover o fortalecimento e a divulgação da economia solidária mediante políticas integradas, visando à geração de trabalho, renda, inclusão social e promoção do desenvolvimento justo e solidário” (OLIVA; REIS; MEIRA, 2009, p.50). Posteriormente foi criado o Programa Vida Melhor, através do Decreto n.º 13.167, de 11 de agosto de 2011. Além desses avanços, foi também dado um passo a frente no marco jurídico, quando foi sancionada a Lei 12.368 de 13 de dezembro de 2011, que dispõe sobre a criação da Política Estadual de Fomento à Economia Solidária no Estado da Bahia (PEFES/BA) e do Conselho

---

<sup>3</sup> Criada pela Lei 10.549/2006 e inserida no Planejamento Plurianual – PPA 2008- 2011; foi o primeiro passo para a consolidação de uma política pública de economia solidária no Estado.



Estadual de Economia Solidária (CEES). Ainda, a mencionada lei, em seu Art. 2º, inciso I, define essa economia como um “conjunto de iniciativas voltadas à organização e ao desenvolvimento social e econômico, em consonância com princípios e práticas que lhe são característicos” (BAHIA, 2011).

## 6 ARTICULAÇÕES ENTRE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL E ECONOMIA SOLIDÁRIA

Neste capítulo, procurar-se-á fazer as articulações necessárias, para atender ao problema e objetivo apresentado, qual seja: entender e analisar os principais aspectos do desenvolvimento territorial, destacadamente os territórios de identidade, ao lado da economia solidária, tendo secundariamente, menção à experiência baiana como ilustração histórica do DT e da ES, a partir de 2007.

Como foi visto, em 2003, o governo brasileiro introduz no âmbito da gestão pública a abordagem territorial, sob responsabilidade da SDT/MDA, consolidando-a como metodologia de planejamento. Simultaneamente, neste ano é criada a SENAES para apoiar e ampliar as ações de economia solidária em todo território nacional. Essas duas iniciativas surgiram visando a promoção do desenvolvimento de espaços rurais, através dos territórios, e de atores sociais abandonados pelas políticas públicas anteriores, que promoveram um desenvolvimento desigual, haja vista que tinham um enfoque apenas economicista, confundindo a ideia de crescimento econômico com desenvolvimento. Anos depois, em 2007, tais iniciativas são também incorporadas à gestão pública baiana.

Dessa forma, e conforme já enfatizado, a abordagem territorial do desenvolvimento é defendida pelos pesquisadores, em maioria, porque evidencia a

[...] crença de que este é um notável avanço na própria noção do desenvolvimento, já que convida a valorização da dimensão espacial nos processos de planejamento das políticas públicas, a partir do estreitamento da relação entre Estado - Sociedade e do olhar híbrido e multidimensional sobre o então chamado território. (LIMA; 2012, p.173-174).

Do ponto de vista desta monografia, para sua autora, tal conceito aparece associado ao de economia solidária por acreditar que ela, a ES, é “fundamentalmente importante para a promoção do desenvolvimento territorial” (ARAÚJO *et al.*, 2005 *apud* LIMA, 2012, p.175). Ideia confirmada por Souza (2012), quando este refere-se a Haesbert, ao afirmar que a multidimensionalidade e a multiterritorialidade presentes na temática de economia solidária permitem sua articulação com outras políticas públicas.

Além disso, os conceitos de desenvolvimento territorial e de economia solidária estão intrinsecamente relacionados ao de território, como espaço de identidade, pertencimento, mobilização, cidadania, emancipação. Sendo o território, ainda, o cenário em que se reproduz além do trabalho e renda, a cultura e as relações políticas e sociais; uma esfera de pertencimento e apropriações, isto é, uma construção social e lócus para a articulação de atores locais no intuito de promover estratégias de desenvolvimento articuladas a políticas públicas definidas pelos Estados nacionais. Assim, através do entendimento sobre este, como território ativo, “que é a acumulação do tempo, e portanto, história viva” (ORTIGOZA; MENDES, 2015, p.6), é possível compreender as ações e possibilidades da promoção do DT e da ES.

Entre as ações realizadas pelo Governo Federal, com vista a promover o desenvolvimento territorial, está o já mencionado Programa Nacional de Desenvolvimento Sustentável de Territórios Rurais (PRONAT), constante do Plano Plurianual 2004-2007. Conforme é apresentado no documento “Marco Referencial para o Apoio ao Desenvolvimento de Territórios Rurais” (2005), “dentro do programa de apoio aos territórios rurais estão as várias ações de suporte aos atores locais, visando garantir que ocorram importantes transformações em cada uma das dimensões do desenvolvimento e que elas contribuam decisivamente para a sua sustentabilidade” (BRASIL, 2005, p.3). Além disso, uma das estratégias proposta é a dinamização econômica destes espaços, que não deve ser vista como mero resultado da aplicação de recursos financeiros em determinado ramo produtivo (BRASIL, 2005). Isto é, propõe uma descentralização, sem privilégios a determinados setores. Entendendo, ainda, que

O espaço econômico deve ser compreendido como um todo articulado em movimentos que facilitam ou dificultam a inclusão dos diferentes segmentos sociais, como produtores, consumidores, ou ambos. Esse espaço deve se integrar por meio de redes que favoreçam o diálogo entre atividades rurais e urbanas, agrícolas e não-agrícolas, mantendo-se o compromisso com a geração de ocupações produtivas, com a ampliação das oportunidades aos agricultores familiares, às organizações associativas e cooperativas, às micro e pequenas empresas. (BRASIL, 2005, p.21).

Outra estratégia que tal documento apresenta é a articulação de políticas públicas, encarada como o maior desafio, “visto que, para alguns, as articulações podem significar mudanças importantes na relação de forças e nas dinâmicas tradicionais dos espaços de poder”. (BATISTA *et al.*, 2011, p.10).

As articulações interinstitucionais a partir do território permitem integrar horizontalmente programas públicos com foco na realidade territorial e, paulatinamente, rearticulá-los e recriá-los a partir de novos espaços – fóruns, comitês, conselhos, consórcios, comissões e oficinas de desenvolvimento, parcerias, arranjos institucionais –, com autonomia, representatividade e legitimidade. Também permite uma integração vertical, rompendo as visões normalmente predominantes nas políticas públicas, que tendem a desconsiderar as diversidades locais e regionais. (BRASIL, 2005, p.22).

Nesse aspecto, as estratégias de fortalecimento das ações entre setores e entre territórios, podem se dá através da inserção da economia solidária em conjunto com a abordagem de desenvolvimento territorial. Segundo Souza (2012), um passo importante para estimular os debates sobre experiências e modelos de gestão pública multidimensional e multiterritorial foi dado na 1ª Conferência Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável e Solidário (2007), em que se ratificou a possibilidade de articulação e integração das políticas públicas de desenvolvimento territorial e economia solidária. O que se justifica, pois, entende-se que promover um desenvolvimento multidimensional e combater a pobreza “requer o desenvolvimento da economia das comunidades pobres em seu conjunto, de modo a beneficiar todos os integrantes” (SINGER, 2004, p.5).

Com relação ao Estado da Bahia, o Governo, em 2007, visando diminuir as disparidades territoriais e a concentração de investimentos em pontos específicos, buscou cumprir sua função distributiva, atuando como agente redutor das desigualdades sociais e econômicas, acumuladas ao longo de décadas. Para tanto adotou a já referida estratégia territorial, ou seja, adotou os Territórios de Identidade como regionalização oficial e unidades de planejamento, integrando políticas públicas para o enfrentamento das desigualdades e viabilização do desenvolvimento desejado. Uma dessas políticas é a de economia solidária (também já referida no tópico anterior), por considerar que esse segmento é importante para mobilizar e agregar as pessoas no território e, além disso, reconhecer práticas alternativas de produção que ocorrem nesses espaços.

Essa articulação de políticas públicas na Bahia teve início a partir do Plano Plurianual Participativo - PPA 2008-2011, sendo de fundamental importância a participação dos movimentos e atores sociais, discutindo coletivamente os programas e projetos a serem implementados no Território. Ainda, uma referência da atuação da política de economia solidária, articulada a de desenvolvimento territorial, pode ser observada, através da

instituição de Centros Públicos de Economia Solidária<sup>4</sup>, que atuam nos referidos Territórios de Identidade.

Outra importante comparação entre essas duas propostas é que tanto o Desenvolvimento Territorial quando a Economia Solidária revelam-se em um enfeixamento com as dimensões básicas da sociedade, tantas vezes aqui repetidas, sendo elas: econômica, social, política, cultural e ambiental/ecológica, estando condicionados por elas e, ao mesmo tempo, condicionando-as.

Figura 3 – Dimensões do Desenvolvimento Territorial e da Economia Solidária



Fonte: Elaboração própria, 2016

Por fim, o quadro abaixo apresenta de forma sucinta os principais aspectos aqui abordados.

<sup>4</sup> Espaços multifuncionais públicos, de caráter comunitário, que se destinam a articular oportunidades de geração, fortalecimento e promoção do trabalho coletivo baseado na economia solidária.

Quadro 1 – Síntese das Principais Características

<b>Crítérios</b>	<b>Desenvolvimento Territorial</b>	<b>Economia Solidária</b>
Território	Lócus de Ação	As diversas ações sempre apresentam vínculos territoriais específicos.
Multidimensionalidade	Rompimento com visões setoriais e integra múltiplas dimensões dos processos de desenvolvimento: econômico, social, político, cultural e ambiental.	União das diferentes esferas que o capitalismo separou: econômica, social, política, cultural e ecológica.
Metodologia das Propostas	Gestão Participativa	Capital Social e Autogestão
	Estreitamento da relação Estado-Sociedade	Empoderamento da Sociedade Civil
Aplicação na Gestão Pública	Fortalecimento das Identidades	Laços de Proximidade
	Territórios de Identidade como Unidades de Planejamento	Fortalecimento dos Arranjos Produtivos Locais
	Descentralização das Ações	Inclusão Socioprodutiva

Fonte: Elaboração própria, 2016

## 7 CONCLUSÕES

A inspiração desse estudo foi reunir, associar o Desenvolvimento Territorial, destacadamente o Território de Identidade, e a Economia Solidária. Há complementaridade, reciprocidade e realimentação entre o DT e a ES, como se tentou fazer prova, oferecer evidência, nesta pesquisa, apesar de seu caráter inicial e exploratório. Assim, seguiu-se uma linha conceitual estratégica, apresentando conceitos e ideias sobre o tema, através de uma ampla pesquisa documental e bibliográfica, por acreditar que dessa forma, se chegaria aos melhores resultados.

Diante do apresentado, observou-se uma nova postura adotada pelo governo brasileiro no início do século XXI, especificamente a partir de 2003. Postura essa que critica abordagens economicistas e setoriais de projetos de desenvolvimento realizados no passado e apresenta abordagens multidimensionais e descentralizadas, com metodologias participativas de gestão social, calcadas no conceito de desenvolvimento territorial e de economia solidária. Sendo adotadas na Bahia em 2007, também visando uma maior integração dos seus espaços, no intuito de suprimir visões de desenvolvimento que tendem a desconsiderar as diversidades locais e regionais, além de buscar outra estratégia de inclusão social e produtiva, diante da marginalização causada pelo processo produtivo em vigor. De forma geral, não se tentou avaliar se tais ações foram efetivas. Mas compreender, teoricamente, a interação entre ambas, através da metodologia proposta.

Observou-se também um aumento no uso dos termos “território” e “identidade”, principalmente, por estes embasarem projetos e programas governamentais, como principal meio de viabilizar o desenvolvimento territorial. O território, conforme exposto, é um termo complexo, empregado em diferentes áreas do conhecimento, abarcando diversos conceitos, dimensões e sentidos. Como território ativo, é o cenário de produção e reprodução do trabalho, das manifestações culturais e materiais, articulando-se com o pertencimento e a identidade. Consistindo a identidade um fator de “aglutinação” de povos no território, ou seja, expressando-se como territorialidade, orientando e ordenando as estratégias de desenvolvimento na ação pública e de atores locais, além da superação das desigualdades regionais há muito persistentes no Brasil. Dessa forma, os Territórios de Identidade são conceituados como espaços criados através de uma perspectiva de territorialização por “identidade”. Por outro lado, a identidade e o pertencimento ao território ampliam o debate da

construção de redes e cadeias entre os empreendimentos de economia solidária para o diálogo com outras esferas da vida social (GODOY, 2014, p.264).

Enfatizou-se a perspectiva multidimensional (econômica, social, política, cultural e ambiental/ecológica) presente nessas propostas, por acreditar que seja a que melhor dimensiona a mudança de visão, a descentralização tanto nos processos de desenvolvimento quanto na integração produtiva, de combate a pobreza. Embora, sejam ignorados conflitos e disputas materiais, econômicas, políticas, culturais e ambientais, indispensáveis à análise da abordagem defendida e inerentes as relações sociais, que ocorrem nos territórios. Nesse sentido, a abordagem territorial, teoricamente multidimensional, pode ser entendida como uma forma do Estado fazer uso do conceito de território e outros termos a ele relacionados, para garantir legitimidade científica e política ao seu projeto modernizador (CUNHA; PAULINO; MENESES, 2009, *apud* LIMA, 2012).

O Desenvolvimento Territorial, como foi apresentado, passou a ser amplamente defendido, por introduzir uma nova visão do desenvolvimento, híbrida e multidimensional, com foco no rural, evitando dissociações do urbano, buscando o envolvimento de diferentes atores locais dentro do território e a valorização de suas identidades. Assim, tal abordagem passou a ser amplamente defendida por seus pesquisadores porque representa a “[...] crença de que este é um notável avanço na própria noção do desenvolvimento, já que convida a valorização da dimensão espacial nos processos de planejamento das políticas públicas, a partir do estreitamento da relação entre Estado- Sociedade” (LIMA, 2012, p.173-174).

Lembrando que, embora se proponha esse estreitamento da relação entre Estado e Sociedade, por vezes, é desconsiderada a própria relação sempre delicada entre ambos, que, recorrente, almejam resultados distintos.

Em relação à Economia solidária, esta foi posta como uma alternativa de geração de renda frente à exclusão do mercado de trabalho, através de escolhas que surgem pelas relações de proximidade entre pessoas em determinado espaço, recriando novas formas de relações do homem com o seu ambiente de trabalho. Por isso, considerou-a, também, como um movimento social, enraizado no território. Além disso, mostrou que ela rompe com a visão de economia como exclusivamente de mercado, pois a economia deve ser vista de forma extensiva, através dos princípios de mercado, de redistribuição e de reciprocidade (LAVILLE,



2003). Foi posto, também, que a Economia Solidária “passou a ser abordada como modelo de desenvolvimento com ênfase na sua relação com o território nas políticas públicas do governo federal” (GODOY, 2014, p.263). Por último, foram desconsideradas, nessa abordagem, visões chamadas de utópicas, em que se propõe a ES como uma economia de rompimento e superação do capitalismo: tal polêmica não fez parte dos objetivos deste estudo.

Os Territórios Rurais de Identidade, criados em 2003, foram o marco das estratégias públicas, em âmbito nacional, que se embasam em tais conceitos, e indutores ao enfoque em Territórios de Identidade no Estado da Bahia. Ambos propondo uma metodologia participativa, visando à promoção do desenvolvimento de espaços rurais, através de “uma visão essencialmente integradora de espaços, atores sociais, agentes, mercados e políticas públicas de intervenção” (BRASIL, 2003, p.26). Dessa forma, a ES, através de suas práticas e princípios, tem a possibilidade de produzir um espaço diferenciado, menos desigual e que ofereça condições de outra organização da vida coletiva. A conjugação das lógicas do desenvolvimento territorial/territórios de identidade e da economia solidária é promissora como visão alternativa do desenvolvimento. Não faz sentido, tomar essas lógicas como excludentes.

Em decorrência disso, consideram-se as ações de Desenvolvimento Territorial e de Economia Solidária como complementares. Isto porque, os territórios devem ser compreendidos como um todo articulado, que facilita a inclusão dos diferentes segmentos sociais. Além disso, por entender que promover um desenvolvimento territorial multidimensional, requer o desenvolvimento da economia das comunidades menos desenvolvidas, considerando que os princípios que regem a ES podem ultrapassar o local da produção, pautando a vida da comunidade onde ela está inserida.

Por fim, acredita-se que essas estratégias, abordadas em conjunto, em interação, sejam realmente capazes de modificar, ou atenuar, diferenças regionais brasileiras, causadas por políticas que privilegiaram uns espaços em detrimento de outros. Através do DT é possível, conforme enfatizado, propor ações descentralizadas, destinadas a modificar e melhorar as condições de vida das pessoas em seu ambiente de vivência, o território, fortalecendo e estimulando a participação social, a cooperação e o estreitamento da relação entre Estado e Sociedade. Através da ES é possível promover transformações substanciais na vida das pessoas e das comunidades que as utilizam, pois está ancorada em laços de confiança, ajuda mútua, habilidades e competência dos indivíduos.

## REFERÊNCIAS

- ABRAMOVAY, Ricardo. **Para uma teoria de estudos territoriais**. Disponível em: <[http://nmd.ufsc.br/files/2011/05/Abramovay\\_Para\\_uma\\_teor%C3%ADa\\_dos\\_estudos\\_territoriais.pdf](http://nmd.ufsc.br/files/2011/05/Abramovay_Para_uma_teor%C3%ADa_dos_estudos_territoriais.pdf)>. Acesso em: 07 out. 2015.
- AGUIAR, M. D. S. de; SOUZA, O. T.; FILIPPI, E. E.; BEROLDT, L. Do desenvolvimento ao desenvolvimento territorial sustentável: os rumos da Região do Vale do Taquari no início do século XXI. **Análise**, v. 20, n. 1, p. 84-102, jan./jun. 2009.
- ALMEIDA FILHO, Niemeyer; CORRÊA, Vanessa Petrelli. A CEPAL ainda é uma Escola de Pensamento? **Revista de Economia Contemporânea**, v. 15, p. 92-111, 2011.
- \_\_\_\_\_. Desenvolvimento territorial como expressão da perspectiva nacional do desenvolvimento: limites e potencialidades. **Revista Soc. Bras. Economia Política**, Rio de Janeiro, n.19, p. 94-116, nov. 2006.
- AMORIM, Brunu Marcus F.; ARAÚJO, Herton Ellery. **Economia solidária no Brasil: novas formas de relações de trabalho?** Disponível em: <[http://ipea.gov.br/agencia/images/stories/PDFs/mercadodetrabalho/mt\\_24i.pdf](http://ipea.gov.br/agencia/images/stories/PDFs/mercadodetrabalho/mt_24i.pdf)>. Acesso em: 27 out. 2014.
- BAHIA. **Decreto nº 12.354, de 25 de Agosto de 2010**. Institui o Programa Territórios de Identidade e dá outras Providências. Disponível em: <[http://www.demacamp.com.br/svo/assets/decreto\\_2010\\_12354\\_institui-o-programa-territ%C3%B3rios-de-identidade-e-d%C3%A1-outras-provid%C3%A2ncias.pdf](http://www.demacamp.com.br/svo/assets/decreto_2010_12354_institui-o-programa-territ%C3%B3rios-de-identidade-e-d%C3%A1-outras-provid%C3%A2ncias.pdf)>. Acesso em: 28 ago. 2015.
- \_\_\_\_\_. **Decreto nº 13.167, de 11 de Agosto de 2011**. Institui o Programa Estadual de Inclusão Socioprodutiva – Vida Melhor. Disponível em: <<http://www.vidamelhor.ba.gov.br/wp-content/themes/vidamelhor/pdf/dec13167.pdf>>. Acesso em: 28 ago. 2015.
- \_\_\_\_\_. **Lei nº 12.368 de 13 de dezembro de 2011**. Dispõe sobre a criação da política estadual de fomento à economia solidária no estado da Bahia e do Conselho Estadual de Economia Solidária. Disponível em: <<http://www.legislabahia.ba.gov.br/>>. Acesso em: 28 ago. 2015.
- BATISTA, Edilene Pereira *et al.* Desenvolvimento territorial: articulação das políticas públicas no fortalecimento da economia solidária no território do Recôncavo da Bahia. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISADORES EM GESTÃO SOCIAL – ENAPEGS, 5., 2011, Florianópolis. **Anais...** Florianópolis: Universidade do Estado de Santa Catarina, 2011. p. 1-12.
- BLATT, Nadir. **El plan de regionalización del Estado de Bahia (Brasil): “los territorios de identidad” como marco de aplicación de políticas públicas de fomento del desarrollo regional y de lucha contra la desigualdad (2007-2012)**. 2014. 331 f. Tese (Doutorado em Geografia, Planificação Territorial e Gestão Ambiental) – Faculdade de Geografia e História, Universidade de Barcelona (UB), Barcelona, 2014.

BLATT, Nadir; GONDIM, Patrícia Santos Cardoso. **Territórios de identidade no estado da Bahia**: uma análise da regionalização implantada pela estrutura governamental na perspectiva do desenvolvimento local e regional. Disponível em:

<[http://periodicos.uesb.br/index.php/coloquiobaiano/article/viewFile/2860/pdf\\_89](http://periodicos.uesb.br/index.php/coloquiobaiano/article/viewFile/2860/pdf_89)>. Acesso em: 20 ago. 2015.

BOTELHO, Joacy Machado; CRUZ, Vilma Aparecida Gimenes da. **Metodologia científica**. São Paulo: Pearson Education do Brasil, 2013.

BRASIL, Manuela Salau. **A economia solidária como utopia completa**. Disponível em: <<http://www.uel.br/grupo-pesquisa/gepal/terceirosimposio/manuelasalau.pdf>>. Acesso em: 11 nov. 2014.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário. **Marco referencial para apoio ao desenvolvimento de territórios rurais**. Brasília, 2005.

\_\_\_\_\_. **Núcleos de extensão em desenvolvimento territorial**: parceria MDA / CNPq. 2014. Brasília, 2014.

\_\_\_\_\_. **Referências para o desenvolvimento territorial sustentável**. Brasília: Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável/Condraf, Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural/NEAD, 2003.

\_\_\_\_\_. **Relatório de gestão do exercício de 2011**. Brasília, 2012.

CRUZ, Danilo Uzêda da. **Estado, desenvolvimento e política pública**: espaços participativos na gestão dos territórios de identidade da Bahia. Salvador: EGBA, 2015. 304 p.

CULTI, Maria Nezilda; KOYAMA, Mitti Ayako H.; TRINDADE, Marcelo. **Economia solidária no Brasil** – tipologia dos empreendimentos econômicos solidários . São Paulo: Todos os Bichos, 2010. 120 p.

DANTAS, Rafaela Maximiano; COSTA, Micheli Pereira. Territórios rurais no Brasil e suas estratégias de desenvolvimento. In: SIMPÓSIO MINEIRO DE GEOGRAFIA: DAS DIVERSIDADES À ARTICULAÇÃO GEOGRÁFICA, 1., 2014, Minas Gerais. **Anais...** Minas Gerais: Universidade Federal de Alfenas, 2014. p.828-837.

DI LAURO, Aluztane *et al.* **Territórios de identidade no Brasil**: uma análise teórica e metodológica no estado da Bahia. Disponível em:

<<http://observatoriogeograficoamericalatina.org.mx/>>. Acesso em: 15 jul. 2015.

GODOY, Tatiane Marina Pinto de. Economia solidária e território: produção de espaços democráticos e participativos. **Otra Economía**, v. 8, p. 260-267, 2014.

HAESBAERT, Rogério. **Dos múltiplos territórios à multiterritorialidade**. Disponível em: <<http://www.ufrgs.br/petgea/Artigo/rh.pdf>>. Acesso em: 10 out. 2015.

HOBSBAWM, Eric J. 1917- **Era dos extremos**: o breve século XX (1914-1991). Tradução: Marcos Santarrita; revisão técnica: Maria Célia Paoli. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

ITABORAHY, Nathan Zanzoni. A geografia, o conceito do território e os processos de territorialização das comunidades quilombolas: primeiras aproximações. In: ENCONTRO DE GEÓGRAFOS BRASILEIROS – CRISE, PRÁXIS E AUTONOMIA: ESPAÇOS DE RESISTÊNCIA E DE ESPERANÇAS, 16., 2010, Porto Alegre. **Anais...** Porto Alegre: Associação de Geógrafos Brasileiros, 2010. p. 1-10.

LAVILLE, Jean Louis. Globalização e solidariedade. In: FLEM. **Economia solidária: desafios para um novo tempo.** Salvador: FLEM, 2003. p. 13-18.

LEMAÎTRE, Andreia. As organizações da economia solidária: quebrando e interrogando os paradigmas teóricos dominantes nas ciências econômicas. In: ENCONTRO INTERNACIONAL DE ECONOMIA SOLIDÁRIA: O DISCURSO E A PRÁTICA DA ECONOMIA SOLIDÁRIA, 5., 2007. São Paulo. **Anais...** São Paulo: Núcleo de Economia Solidária da USP, São Paulo, 2007. p. 1-14.

LIMA, Jamille da Silva. Desenvolvimento territorial e economia solidária: das concepções e práticas entre o estado brasileiro e os coletivos organizados no território do Sisal-BA. **Revista Espaço Acadêmico**, v. 11, n. 131, p. 172-180, 2012.

MACHADO, Geraldo. Introdução. In: FLEM. **Economia solidária: desafios para um novo tempo.** Salvador: FLEM, 2003. p. 5-6.

MANCE, Euclides. Redes de economia solidária. In: FLEM. **Economia solidária: desafios para um novo tempo.** Salvador: FLEM, 2003, p.71-82.

MATOS, L. S. *et al.* Inovação na gestão pública baiana: análise do processo de implantação dos Centros Públicos de Economia Solidária (CESOL). In: CONGRESSO CONSAD DE GESTÃO PÚBLICA, 6., Brasília, 2013. **Anais...** Brasília: CONSAD, 2013. p. 2-29.

MONTEIRO, Júlia; SERPA, Angelo. Políticas de desenvolvimento territorial e cultural no território de identidade de Vitória da Conquista: uma análise geográfica da lógica de localização de projetos e recursos-DOI 10.5216/ag.v5i3.16983. **Ateliê Geográfico**, v. 5, n. 3, 2012.

NAGEM, Fernanda Abreu; JESUS, Sebastiana Almire de. **V Plenária nacional de economia solidária: trajetória e construção da economia solidária no Brasil.** Disponível em: <[http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/3868/1/bmt54\\_econ03\\_vplenaria.pdf](http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/3868/1/bmt54_econ03_vplenaria.pdf)>. Acesso em: 12 set. 2016.

OLIVA, Helbeth; REIS, Tatiana Araújo; MEIRA, Ludmila. Economia solidária no governo da Bahia. **Mercado de Trabalho**, v. 39, p. 49-55, 2009.

ORTEGA, Antonio César; SILVA, Filipe Prado Macedo da. Uma visão crítica do desenvolvimento territorial e dos novos espaços de governança. **RDE-Revista de Desenvolvimento Econômico**, v. 13, n. 23, 2011.

ORTIGOZA, Sílvia Aparecida Guarnieri; MENDES, Auro Aparecido. **O papel do território nos desafios da organização e consolidação das redes solidárias.** Disponível em:

<[http://www.conpes.ufscar.br/wp-content/uploads/trabalhos/gt2/sessao-3/ortigoza\\_silvia\\_mendes\\_auro.pdf](http://www.conpes.ufscar.br/wp-content/uploads/trabalhos/gt2/sessao-3/ortigoza_silvia_mendes_auro.pdf)>. Acesso em: 07 set. 2016.

PAMPLONA, Leonardo de Moura Perdigão. **Políticas públicas de geração de trabalho e renda**: o desafio da atuação do BNDES na economia solidária. Disponível em: <[http://bndes.gov.br/SiteBNDES/export/sites/default/bndes\\_pt/Galerias/Arquivos/conheciment o/bnset/set3002.pdf](http://bndes.gov.br/SiteBNDES/export/sites/default/bndes_pt/Galerias/Arquivos/conheciment o/bnset/set3002.pdf)>. Acesso em: 06 out. 2015.

PERAFÁN, Mireya Eugenia; OLIVEIRA, Humberto. **Território e identidade**. Disponível em: <[http://www.cultura.pr.gov.br/arquivos/File/territorio\\_e\\_identidade.pdf](http://www.cultura.pr.gov.br/arquivos/File/territorio_e_identidade.pdf)>. Acesso em: 20 jul. 2015.

PERICO, Rafael Echeverry. **Identidade e território no Brasil**. Brasília: Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura, 2009. 209 p.

RITTER, Carlos. **Reflexões epistemológicas aobre os “territórios de identidade”**. Disponível em: <<file:///C:/Users/Thiago/Downloads/21805-78473-1-PB.pdf>>. Acesso: 25 set. 2016.

ROCHA FILHO, Alnary Nunes; CUNHA, Luiz Alexandre Gonçalves. **Economia solidária para qual desenvolvimento territorial?** Disponível em: <[http://www.conpes.ufscar.br/wp-content/uploads/trabalhos/gt7/sessao-1/rocha-filho\\_an\\_cunha\\_lag.pdf](http://www.conpes.ufscar.br/wp-content/uploads/trabalhos/gt7/sessao-1/rocha-filho_an_cunha_lag.pdf)>. Acesso: 09 out. 2015.

SANTANA, Weslei Gusmão; SANTANA, Emilson Gusmão Piau; GOMES, Almiralva Ferraz. **Desenvolvimento territorial**: uma nova perspectiva para formulação de políticas públicas na Bahia. Disponível em: <[http://www.anpad.org.br/diversos/trabalhos/EnAPG/enapg\\_2008/2008\\_ENAPG468.pdf](http://www.anpad.org.br/diversos/trabalhos/EnAPG/enapg_2008/2008_ENAPG468.pdf)>. Acesso em: 22 jul. 2015.

SANTOS, Milton. O retorno do território. In: SANTOS, Milton; SOUZA, Maria Adélia A.; SILVEIRA, Maria Laura. **Território**: globalização e fragmentação. 4. ed. São Paulo: Hucitec, 1998. p. 15-20.

\_\_\_\_\_. O dinheiro e o território. **GEOgraphia**, v. 1, n. 1, p. 7-13, 2009.

SILVA, Filipe Prado Macedo da. Desenvolvimento territorial: a experiência do território do sisal na Bahia. In: SEMANA DE ECONOMIA DA UESB, 6., Vitória da Conquista, 2013. **Anais...** Vitória da Conquista: UESB, 2013. Não paginado.

\_\_\_\_\_. **Desenvolvimento territorial**: a experiência do território do sisal na Bahia. 2012. 251 f. 2012. Dissertação (Mestrado em Economia) – Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2012.

SILVA, Roberto Marinho Alves. Políticas públicas de economia solidária no Brasil: avanços, desafios e perspectivas. In: CONGRESSO LUSO AFRO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS, 11., 2011, Salvador. **Anais...** Salvador: UFBA, 2011. Não paginado.

SILVEIRA, María Laura. O Brasil: território e sociedade no início do século 21 – a história de um Livro (Brazil: territory and society at the beginning of the 21st century - the history of

a book). **ACTA Geográfica**, Boa Vista, Ed. Esp. Cidades na Amazônia Brasileira, p. 151-163, fev./abr. 2011.

SINGER, Paul. A economia solidária no governo federal. **Mercado de Trabalho**, v. 24, p.3-5, 2004.

SOUSA, Jocéia Gouveia de; MOREIRA, Ivan Targino. Desenvolvimento territorial: o território na ação pública. In: ENCONTRO DA REDE DE ESTUDOS RURAIS: DESIGUALDADE, EXCLUSÃO E CONFLITOS NOS ESPAÇOS RURAIS, 6., 2014, Campinas. **Anais...** Campinas: Faculdade de Engenharia Agrícola (Feagri) da UNICAMP, 2014. Não paginado.

SOUZA, Armando Lirio de. **Política pública de economia solidária e desenvolvimento territorial**. Disponível em: <[http://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com\\_content&view=article&id=15308&Itemid=9](http://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=15308&Itemid=9)>. Acesso em: 01 out. 2015.

SOUZA, Éder Júnior Cruz de. **Políticas territoriais do estado da Bahia: regionalização e planejamento**. 2008. 158 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Instituto de Geociências, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2008.

SOUZA, Edevaldo Aparecido; PEDON, Nelson Rodrigo. Território e identidade. **Revista Eletrônica da Associação dos Geógrafos Brasileiros**, v. 1, n. 6, 2007.

SOUZA, J. C. M. Economia solidária e desenvolvimento. In: Secretaria do Trabalho, Emprego, Renda e Esporte. **Economia sustentável**. Salvador: SETRE, 2011. P. 61-73.

TAUILE, José Ricardo; RODRIGUES, Huberlan. **Economia solidária e autogestão: a criação e recriação de trabalho e renda**. Disponível em: <[http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/4895/7/mt\\_24\\_7economiasolid%C3%A1ria\\_a\\_utogest%C3%A3o.pdf](http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/4895/7/mt_24_7economiasolid%C3%A1ria_a_utogest%C3%A3o.pdf)>. Acesso em: 20 nov. 2015.

VALE, Ana Lia Farias; SAQUET, Marcos Aurélio; SANTOS, Roseli Alves dos. O território: diferentes abordagens e conceito-chave para a compreensão da migração. **Revista Faz Ciência**, p. 11-26, jan. 2005.

VALVERDE, Rodrigo Ramos Hospodar Felipe. Transformações no conceito de território: competição e mobilidade na cidade. **GEOUSP – Espaço e Tempo**, São Paulo, n. 15, p. 119-126, 2004.

VIEIRA, Marcelo Rodrigues. **A experiência de modernização da administração pública do estado da Bahia nos últimos cinquenta anos (1955 a 2004)**. 2006. 225 f. Dissertação (Mestrado em Análise Regional) – UNIFACS, Salvador, 2006.